

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 114

QUARTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA
Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS
2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS
3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE
4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF.
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Peres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antônio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE JULHO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 119, de 1997 (nº 735/97, na origem), de 30 de junho último, referente ao Projeto de Lei nº 3, de 1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Assuntos Estratégicos, crédito suplementar no valor de quinze milhões, quinhentos e dois mil, novecentos e oitenta e três reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.464, de 30 de junho de 1997. 12805

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 510/97, de 30 de junho último, encaminhando ao Senado Federal expediente recebido do Presidente do Banco Central do Brasil, em atenção ao Ofício nº 686/97, relativamente ao encaminhamento ao Senado de pleito de emissão de títulos públicos, muito próximo do vencimento dos títulos a serem refinanciados. (Diversos nº 35, de 1997). 12805

1.2.3 – Ofício

Nº 2.549/97, de 30 de junho último, do Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.578, de 1997. 12807

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Fixação de novos calendários para tramitação dos Projetos de Lei nºs 5 e 7, de 1997-CN, lidos em sessões anteriores, em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 1º a 25 de julho corrente. 12807

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1997 (nº 4.797/94, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, e dá outras providências. 12807

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Homenagem de pesar pelo falecimento do Deputado Ivo Mainardi. Solicitando da Presidência o envio de votos de pronto restabelecimento ao Senador Artur da Távola, que sofreu um pré-ênfarto. 12807

SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Esclarecimentos ao Senador Bernardo Cabral, sobre os assuntos tratados por S. Exa. 12808

SENADOR *JOEL DE HOLLANDA* – Importância da presença do Vice-Presidente Marco Maciel em reuniões da Sudene e do DNOCS, realizadas em Recife, ocasião em que foram assinados convênios para diversos empreendimentos, voltados para o desenvolvimento nordestino, particularmente, de Pernambuco. Inauguração do supercomputador SP2, doado ao Departamento de Informática da Universidade Federal de Pernambuco pela IBM do Brasil. 12808

SENADOR *OTONIEL MACHADO* – Preocupação com o desdobramento e as soluções da crise da saúde no País. Programa de combate à fome do Governador Maguito Vilela. Necessidade de reforma no processo administrativo hospitalar. 12811

SENADOR *LEVY DIAS* – Defesa da integração dos países do Mercosul por meio do transporte fluvial, através do Rio Paraguai. Dados mostrando as potencialidades da exploração da bacia Paraná-Paraguai. 12815

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Considerações acerca da matriz energética brasileira, principalmente, a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como o álcool. Reativação do Proálcool. 12819

SENADOR *ELCIO ALVARES* – Sucesso do Plano Real, a propósito do seu 3º aniversário. 12820

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Comentários sobre os últimos acontecimentos referentes ao processo de *impeachment* do Governador e do Vice-Governador de Santa Catarina. Transcrição da matéria intitulada "O bode expiatório", da articulista Eliane Cantanhêde, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* de hoje. 12825

SENADOR *ESPERIDIÃO AMIM*, como Líder – Texto de ofício do Ministro das Comunicações recebido por S. Exa, sobre a quebra do sigilo da conta telefônica do Partido Progressista

Brasileiro – PPB em Santa Catarina, constante de matéria jornalística intitulada "Eminência Parada", publicada na revista *IstoÉ*, edição nº 1.441. Referências ao pronunciamento do orador que o antecedeu na tribuna..... 12829

SENADOR *ERNANDES AMORIM* – Agradecendo ao Presidente Antônio Carlos Magalhães a inclusão do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1997, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências, na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. ... 12832

SENADOR *ABDIAS NASCIMENTO* – Ação de S. Exa no combate incansável ao racismo no Brasil. Lamentando profundamente as declarações do Ministro dos Transportes, Sr. Eliseu Padilha, de que Pelé e asfalto são os dois pretos admirados por todo o Brasil..... 12832

SENADOR *HUMBERTO LUCENA* – Apelo à Câmara dos Deputados no sentido de agilizar a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1992, de autoria de S. Exa, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural realizadas com produtores rurais do semi-árido do Nordeste, já aprovado no Senado Federal. Carta do Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros – MG, Sr. Fernando Rebello Athayde, de apoio à proposição supra citada. 12833

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Preocupação de S. Exa com a aparente indiferença do Presidente Fernando Henrique Cardoso a declarações chocantes e constrangedoras de seus Ministros da Justiça e dos Transportes e do Ministro-Chefe da Casa Militar..... 12834

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Comentando documento formulado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado "Reforma Agrária – Compromisso de todos". 12835

SENADOR *ERNANDES AMORIM* – Defendendo a apuração das responsabilidades por

contratos irregulares firmados pela Companhia de Eletricidade de Rondônia – CERON durante a administração anterior à intervenção da Eletrobras, o saneamento e a estruturação da Companhia, para sua futura privatização e, protestando contra a paralização de seus investimentos, que, de outra maneira, possibilitariam o atendimento à demanda reprimida no setor elétrico do Estado. .. 12838

SENADOR *JÚLIO CAMPOS* – Discriminação contra o portador de deficiência no Brasil. 12839

SENADOR *ODACIR SOARES* – Congratulando-se com a Polícia Federal, o Ibama, a Receita Federal, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica pelos êxitos obtidos na região Amazônica no combate ao tráfico de drogas. 12841

1.2.7 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 91ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 27 de junho de 1997 e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente... 12843

Ata da 92ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 30 de junho de 1997 e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente... 12843

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, EM 1º-7-97

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.640 a 1.661, de 1997. 12844

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 1ª Sessão Não Deliberativa em 1º de julho de 1997

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães
Geraldo Melo, Valmir Campelo e Lúcio Alcântara*

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, senador Joel de Hollanda, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 119, de 1997 (nº 735/97, na origem), de 30 de junho último, referente ao Projeto de Lei nº 3, de 1997 – CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Assuntos Estratégicos, crédito suplementar no valor de quinze milhões, quinhentos e dois mil, novecentos e oitenta e três reais, para os fins que especifica", sancionado e transformado na Lei nº 9.464, de 30 de junho de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido o seguinte:

DIVERSOS Nº 35, DE 1997

AVISO Nº 510/MF

Brasília, 30 de junho de 1997

A Sua Excelência o Senhor
Antonio Carlos Peixoto de Magalhães
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 686/97, de 25 de junho do corrente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, expediente que nesta

data me dirigiu o Presidente do Banco Central, Doutor Gustavo Loyola.

Como Vossa Excelência se servirá verificar, os dois casos explicitamente mencionados em seu ofício, respectivamente relativos à Prefeitura e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, tiveram seus processos retardados por razões claramente expostas no parágrafo 8º do expediente anexo do Banco Central.

O atraso nos dois processos, assim como em outros que Vossa Excelência aponta, não deve ser entendido nem como negligência desrespeitosa para com a Câmara Alta da República, o que seria inaceitável por todos os títulos, nem como problema intransponível com o qual tenhamos que conviver. Ao contrário, permito-me tornar minha a sugestão contida no parágrafo 7º do ofício do Presidente do Banco Central no sentido de que sejam claramente determinados os prazos mínimos de antecedência com que Estados e Municípios passem a apresentar àquela autarquia os pleitos que necessitem ser submetidos à apreciação do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Pedro Sampaio Malan**, Ministro de Estado da Fazenda.

PRESI-97/1888

Brasília, 30 de junho de 1997

A Sua Excelência o Senhor
Pedro Sampaio Malan
Ministro de Estado da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, Bl. P
700480-900 – Brasília – DF

Senhor Ministro,

Reporto-me ao ofício OF.SF/686/97, de 25-6-97, por intermédio do qual o Exmº Sr. Presidente do Senado Federal reclama do encaminhamento, pelo Banco Central, àquela Casa Legislativa, de pleitos de emissão de títulos públicos, por Estados e Municípios, com muita proximidade da data de vencimento de títulos a serem refinanciados, tomando ínfimo o prazo para apreciação das matérias pelo Senado Federal.

2. São mencionados, no ofício, os encaminhamentos feitos pelo Banco Central, em 24-6-97, relati-

vos às autorizações pleiteadas pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, para emissões de títulos públicos destinadas ao giro de dívida mobiliária vincenda no segundo semestre do corrente ano, inclusive parcela vincenda em 1º-7-97.

3. A propósito, cumpre-me esclarecer que a assinalada exigüidade de tempo para tramitação no Senado Federal e finalização, em tempo hábil, de pedidos de autorização para operações de Estados e Municípios não se deve, em absoluto, a negligências deste Órgão nas providências que lhe competem.

4. É oportuno registrar que, além dos trabalhos de rotina que resultaram na emissão de 457 pareceres no corrente ano, relativos a operações de Estados e Municípios regidas pela Resolução nº 69/95 do Senado Federal, houve ao longo do semestre em curso substancial incremento de demandas sobre o Departamento da Dívida Pública – em função de solicitações da CPI dos Títulos Públicos e da implementação dos Programas de Ajuste Fiscal e de Refinanciamento de Dívidas dos Estados, bem como de aumento de pedidos de informações por parte de parlamentares e de Tribunais de Contas.

Não obstante, e apesar das dificuldades que o Banco Central tem enfrentado, com a redução do quadro de pessoal ativo, atingindo também o Departamento da Dívida Pública, as pertinentes análises e o encaminhamento, ao Senado Federal, dos pleitos dos Estados e Municípios têm-se realizado com observância do prazo estabelecido na Resolução nº 69/95 daquela Casa Legislativa (prazo de dez dias úteis, contados do recebimento de toda a documentação necessária).

6. O que tem ocorrido, muitas vezes, é a apresentação tardia dos pleitos, a este Órgão, pelos Estados ou Municípios, e, mais freqüentemente, a remessa de documentação incompleta ou incorreta, implicando a exigência de novos documentos e fluência de novos prazos para análise, em conformidade como o disposto no art. 17 da Resolução nº 69/95. Quando ocorre essa demora na apresentação da documentação necessária, via de regra tem o Departamento da Dívida Pública realizado esforços extraordinários para concluir a análise e encaminhá-la ao Senado com a maior brevidade de tempo possível.

7. Convém salientar que não existe regulamentarmente uma antecedência mínima para os Estados ou Municípios encaminharem os pleitos a este Órgão, nem para atenderem às solicitações de retificação ou complementação de documentação. No intuito de evitar que os Estados e Municípios reglignen-

ciem o encaminhamento da documentação a este Órgão em tempo hábil para viabilização das pertinentes análises e apreciações dos pleitos, conviria que o Senado Federal estabelecesse norma, obrigando os pleiteantes a entregarem ao Banco Central toda a documentação necessária com antecedência de pelo menos 45 (quarenta e cinco dias) do primeiro vencimento de títulos a serem refinanciados.

8. Nos casos específicos mencionados no supracitado ofício do Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, relativos ao giros de dívida mobiliária do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, encaminhados por este Órgão àquela Casa do Congresso em 24-6-97 (terça-feira), cabe esclarecer que:

a) embora o pleito do Estado do Rio de Janeiro tenha sido datado de 13-5-97, não veio ele acompanhado de toda a documentação necessária para a análise, tendo sido necessárias diversas solicitações de documentos àquele Estado, a última das quais veio a ser atendida somente em 20-6-97 (sexta-feira);

b) o pleito da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, datado de 22-4-97, igualmente não veio acompanhado de toda a documentação necessária, exigindo também diversas solicitações de documentos ao Município, a última delas atendida somente em 19-6-97 (quinta-feira); e

c) tendo em conta a exigüidade de tempo para completar as análises e elaborar os pareceres relativos aos citados casos, funcionários do Departamento da Dívida Pública trabalharam inclusive durante o fim-de-semana nessas atividades, o que veio a permitir que se fizessem os ajustes finais e os pertinentes encaminhamentos nos dois dias seguintes, viabilizando-se a entrega dos pareceres, à Mesa do Senado, em 24-6-97.

9. São esses os esclarecimentos e considerações que julgo oportuno apresentar a V. Exª, acerca do episódio.

Respeitosamente, **Gustavo Jorge Laboissière Loyola**, Presidente.

OF.SF/686/97

Brasília, 25 de junho de 1997

Excelentíssimo Senhor
Dr. Pedro Sampaio Malan
Ministro de Estado da Fazenda

Senhor Ministro,

Através dos ofícios PRESI-97/1795 e 1796, o Presidente do Banco Central encaminhou hoje, dia 24 de junho, ao Senado Federal, expedientes, respectivamente, da Prefeitura e do Governo do Estado

do Rio de Janeiro referentes a pedidos de emissão de Letras Financeiras, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária daquelas Unidades da Federação, vencíveis no segundo semestre do corrente ano.

Acresce a circunstância de que os primeiros títulos têm vencimento determinado para o dia 1º do próximo mês de julho, cabendo ao Senado Federal prazo ínfimo para a apreciação das matérias, uma vez que a Resolução desta Casa, para a efetivação dos pleitos, deveria ser promulgada, no máximo, a 30 do corrente mês.

Fatos idênticos vêm se repetindo com frequência em várias outras ocasiões, sendo tais expedientes encaminhados à apreciação do Senado, pelo Banco Central, órgão vinculado ao Ministério dirigido por V. Exª, quando não há mais tempo de um seu exame mais acurado por parte da Comissão de Assuntos Econômicos, órgão encarregado de sua instrução para esclarecimento do Plenário.

Ao levar o assunto ao conhecimento de V. Exª para as devidas providências junto àquela instituição, esclareço que esta Presidência teve a oportunidade de afirmar, em Plenário, não mais aceitar tal situação que impede, a nós Senadores, de cumprir, com segurança, a tarefa que nos é constitucionalmente atribuída.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O aviso lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, ofício que será Lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido o seguinte

OF. PSDB/I/Nº 2.549/97

Brasília, 30 de junho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Marconi Perillo, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.578/97, em substituição ao anteriormente indicado.

Atenciosamente, **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Será feita a substituição solicitada nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência comunica que, em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 25 de julho do corrente, ficam assim estabelecidos os calendários de tramitação dos Projetos de Lei nºs 5 e 7, de 1997, do Congresso Nacional.

PLN 5

até 1º/7 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

PLN 7

dia 1º/7 prazo final para apresentação de emendas;

até 6/7 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

até 16/7 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1997 (nº 4.797/94, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente, a partir de 1º de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Há oradores inscritos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Com base no art. 14, Inciso VII, do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, para uma breve comunicação.

V. Exª dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer apenas um registro, que demonstra como a vida do político militante às vezes se cruza com as dificuldades que nem sempre são previsíveis.

Li, hoje, na imprensa, que o nosso Companheiro Senador Artur da Távola teve um pré-ênfarto. Nessa circunstância, fez uma angioplastia, no Rio de Janeiro, e, ainda segundo o mesmo noticiário, ele se está recuperando.

O mesmo artigo trouxe a notícia do falecimento de um Companheiro Constituinte nosso, seu e meu, que foi o Deputado Ivo Mainardi, do Rio Grande do Sul.

O que me leva a fazer esse registro? Em primeiro lugar, Sr. Presidente, a coincidência de estar

V. Ex^a ora na Presidência. Por isso, na qualidade de ex-Constituinte, assim como eu, eu pediria a V. Ex^a que enviasse um telegrama à família do nosso saudoso Ivo Mainardi, dizendo da nossa saudade pela passagem daquele Companheiro. Depois, já um registro não tão cercado pela tristeza, solicito que alguém, em nome da Mesa, transmita ao senador Artur da Távola, em caráter oficial, votos de que o Senado pretende vê-lo restabelecido de imediato. Tão logo seja possível, encaminharei um requerimento a V. Ex^a nesse sentido, que espero seja colocado em votação.

Faço esse registro, Sr. Presidente, não só porque S. Ex^a foi Constituinte conosco; quando era Deputado Estadual, e eu, Federal, fomos cassados no mesmo dia. Há entre mim e S. Ex^a uma amizade muito grande.

Portanto, solicito a V. Ex^a, na condição de Presidente – mas levando em conta o nosso convívio de ex-Constituintes –, que dê essa notícia à família do Deputado Ivo Mainardi e, depois, em caráter oficial, através da palavra desse seu modesto amigo, que transmita ao Senador Artur da Távola votos de pronto restabelecimento dos seus Companheiros do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nobre Senador Bernardo Cabral, a Mesa se solidariza com V. Ex^a com relação ao nobre Deputado Ivo Mainardi. Esclarece também que, ontem, o Plenário do Senado Federal aprovou um requerimento, redigido por mim e pelo Senador Osmar Dias, no sentido da proposição que V. Ex^a faz nesse momento. Vamos juntar a preocupação e a solidariedade de V. Ex^a com as condolências que a Mesa encaminhará à família do nobre Deputado Ivo Mainardi.

Com relação à segunda proposição, a Mesa a considera tão justa quanto a primeira. V. Ex^a pode ter a certeza de que a Mesa já entrou em contato com o nobre Senador Artur da Távola para desejá-lhe que se recupere o mais rápido possível e o seu breve retorno ao nosso convívio no Senado Federal.

Agradeço a V. Ex^a pela sua preocupação.

O SR. BERNARDO CABRAL – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Em permuta com o nobre Senador Levy Dias, concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna,

nesta tarde, para registrar, com muita satisfação, uma viagem do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, ao meu Estado, onde participou de uma série de eventos da maior importância para a Região Nordeste.

Tive oportunidade de acompanhá-lo nesses eventos, ocorridos na quinta e na sexta-feira, na cidade do Recife. É com muita satisfação que pretendo registrar o apoio que S. Ex^a, o Sr. Vice-Presidente, deu ao Nordeste, particularmente ao Estado de Pernambuco, abrilhantando uma série de realizações concernentes ao desenvolvimento daquela região.

Em primeiro lugar, assinalo que o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, convidou o Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, para participar da reunião mensal do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no Recife. Essa reunião contou com a participação do General Nilton Rodrigues, de Governadores, de representantes de vários Ministérios, empresários, Parlamentares, Prefeitos e lideranças da região.

A reunião foi importante para assinalar a preocupação do Vice-Presidente em fazer com que membros do Poder Executivo pudessem prestar contas das ações que estão realizando em favor do Nordeste. Isso foi o que aconteceu com o Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque. S. Ex^a fez uma exposição sobre todas as ações do Ministério da Saúde em relação ao Nordeste, destacando os principais programas, projetos e resultados alcançados. E o que é mais importante, Sr. Presidente, propiciou a assinatura de vários convênios para a liberação de recursos para a região, convênios que totalizaram a importância de R\$147,9 milhões. Desse total, R\$119,1 milhões destinam-se ao Programa de Reforço e Reorganização do Sistema Único de Saúde, Reforsus; R\$19,8 milhões foram destinados ao combate à dengue e R\$9 milhões, ao chamado Projeto Nordeste.

O Reforsus, como sabemos, é um projeto do Ministério da Saúde, que visa à recuperação física, à capacitação técnico-gerencial, reerguimento dos serviços de saúde pública.

Caberá a Pernambuco o recebimento de uma parcela de R\$18,5 milhões, o que será suficiente para atender a 47 hospitais da região, destacando-se, entre eles, o Hospital da Restauração, um dos principais hospitais de atendimento à população carente do Recife e das cidades vizinhas e também o Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Imipe, modelar instituição hospitalar, que inclusive já recebeu prêmios da Unicef pela forma eficiente com que

atende, sobretudo recém-nascidos oriundos de famílias pobres.

Durante os três anos de duração do Projeto Reforsus deverão ser aplicados em todo o País o equivalente a US\$650 milhões, sendo R\$300 milhões obtidos junto ao Banco Mundial e R\$350 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Ministro Carlos Albuquerque assinou também convênio com prefeitos de 44 Municípios de seis Estados nordestinos que estavam presentes à reunião da Sudene, a saber: Alagoas, Bahia, Maranhão, Sergipe, Pernambuco e Paraíba, para cujos Municípios foram repassados recursos da ordem de R\$19,8 milhões. A verba é referente à primeira etapa do Plano de Erradicação do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. Em Pernambuco, o programa vai beneficiar os Municípios de Angelim, Cabo, Ibimirim, Itacuruba, São Joaquim do Monte, Jupi, Tracunhaém e Palmeirinha. Foram definidos, nessa reunião da Sudene, critérios técnicos para o repasse dessas verbas. A Fundação Nacional de Saúde decidiu priorizar, nesta primeira etapa do plano, o atendimento às áreas de acordo com o risco epidemiológico.

O Ministro Carlos Albuquerque anunciou também a liberação de R\$1 milhão e 594 mil para a Prefeitura do Recife, importância destinada à compra de equipamentos para o Hospital da Oftalmologia, Hipertensão e Diabetes do Recife. Além disso, o Ministério deverá liberar mais R\$6,7 milhões para o Recife combater a dengue.

O Prefeito Roberto Magalhães e o Secretário de Saúde da Prefeitura de Recife, Guilherme Robalinho, estiveram presentes também nessa reunião e puderam testemunhar a importância do apoio do Ministério da Saúde para esse programa da Prefeitura do Recife, que é o de dotar o Hospital de Oftalmologia, Hipertensão e Diabetes do Recife de equipamentos necessários ao bom desempenho de suas atividades.

Eu gostaria de salientar ainda que, nessa mesma reunião da Sudene, o Ministro Carlos Albuquerque assinou convênios com os Governadores de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba e Sergipe para a transferência de R\$9 milhões para os programas incluídos no chamado no Projeto Nordeste II.

Foi importante a presença nessa reunião da Sudene, Sr. Presidente, do Secretário Especial de Políticas Regionais, Dr. Fernando Catão. S. Ex^a teve a oportunidade de assinar – esteve presente o Vice-Presidente Marco Maciel – tema aditivo ao programa de geração de emprego e renda, que prevê investimento de R\$3,5 milhões em todo o Brasil, incluindo

a contrapartida dos Governos Municipais. O programa é voltado para a organização e capacitação profissional. Após a assinatura, o Governo iniciará a execução do serviço de pesquisa e cadastramento das áreas que serão beneficiadas.

Vale salientar que o Governo já investiu quase R\$2 milhões no projeto, que já existe em oito laboratórios que funcionam em São Paulo, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco e Tocantins. Com esses novos investimentos, os laboratórios serão ampliados para 25 unidades, cabendo à Sudene ficar encarregada de coordenar o programa em todo o Nordeste.

A reunião do Conselho Deliberativo da Sudene também aprovou investimentos de R\$9 milhões para a Alcoton Têxtil S/A, empresa cearense que teve autorizada ainda a sua relocação, transferindo-se para o Município de Maracanaú, no Ceará.

Foram aprovados reinvestimentos da ordem de 40% do Imposto de Renda para as empresas G.B. Gabriel Bacelar Construções Ltda, de Pernambuco e o Laboratório Madrevita Ltda, do Ceará. No reinvestimento, a empresa pede para deduzir uma parte do Imposto de Renda, recebendo depois esse valor da Sudene para compra de equipamentos. Nesse caso, a primeira recebeu recursos da ordem de R\$92.733,00 e a segunda ficou com R\$63.677,00.

Além dessa importante reunião da Sudene, quando o Vice-Presidente da República pôde prestigiar a assinatura desses convênios para o Estado de Pernambuco e para os Estados vizinhos, outro evento que foi realizado também na Sudene. Sr. Presidente, Srs. Senadores, refiro-me à reunião da Direção da Sudene com os empresários nordestinos, para definir critérios do Fundo de Investimento do Nordeste, o Finor.

O General Newton Rodrigues fez questão de convidar o Vice-Presidente da República e os Parlamentares pernambucanos – tive a oportunidade de ser um deles – para participar desse encontro no auditório da Sudene, quando foram apresentados os novos critérios para a aplicação do Finor na região.

O Fundo de Investimento para o Nordeste passará a aceitar novos projetos, dentro da nova sistemática, a partir deste ano, depois de ter ficado três anos sem receber adesões. Essa é uma notícia importante, uma vez que, por seu intermédio, pode-se perceber que a Sudene está caminhando na direção certa.

Até há bem pouco tempo, tínhamos projetos em excesso tramitando na Sudene, mas não havia possibilidade de atendê-los com recursos do Finor. Agora, a partir da nova sistemática, a Sudene, após

uma triagem, uma seleção dos projetos viáveis, passará a aceitá-los, desde que sejam considerados importantes para o desenvolvimento da região.

As novas regras operacionais serão mais simplificadas, conforme informou o General Newton Rodrigues. Os procedimentos ficarão mais claros já a partir da carta-consulta, proposta inicial que todo o pretendente a financiamento precisa entregar. Mediante a carta, os empresários precisam demonstrar experiência empresarial, capacidade financeira, ficha cadastral satisfatória e idoneidade.

O orçamento do Fundo para 1997 – e esta é uma boa notícia para a região – está estimado em R\$560 milhões. A equipe técnica da Sudene detalhou a operacionalização do convênio da autarquia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste, no valor de R\$500 milhões, que servirão para agilizar a implantação dos projetos do Finor.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma notícia extremamente significativa para a região nordestina: o Finor conseguiu obter um de seus maiores orçamentos, cerca de R\$560 milhões e, além disso, gestões da Sudene com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e com o Banco Nordeste vão colocar à disposição também dos empresários da Região mais R\$500 milhões para apoio aos projetos em desenvolvimento na Região.

Finalmente, nessa reunião da Sudene com os empresários foi apresentada a sistemática de renegociação e a prorrogação do pagamento das debêntures já vencidas e a vencer, garantindo maior prazo para as empresas do Sistema Finor.

Além dessas duas reuniões da Sudene, o Vice-Presidente Marco Maciel também solicitou informações e recebeu a pronta resposta do Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, para assinar uma série de contratos e convênios para financiamento de diversas obras hídricas em Pernambuco. Foi também um outro evento da maior importância de que pude participar como representante de Pernambuco, ao lado do Vice-Presidente Marcos Maciel, do Ministro Gustavo Krause, do Líder do nosso partido na Câmara, Deputado Inocêncio Oliveira, e outros Parlamentares federais, estaduais, além de prefeitos do Estado de Pernambuco.

Um dos mais importantes convênios assinados nesta oportunidade, Sr. Presidente, diz respeito ao início do primeiro trecho da Adutora do Oeste, antigo sonho de todos os sertanejos pernambucanos, que vai abastecer o sertão do Araripe, beneficiando 35

cidades e cerca de 320 mil habitantes no Estado de Pernambuco.

No contrato entre o DNOCS e a Construtora Okal, vencedora da licitação, foram liberados recursos da ordem de sete milhões para a primeira etapa da obra, havendo previsão de que fique pronta até o final de 1998.

O primeiro ramal da Adutora do Oeste tem 85 quilômetros, com conclusão prevista para março do próximo ano. O DNOCS adquiriu, a partir de 1996, 50 quilômetros de tubulação para dar início à obra, com investimento de R\$30 milhões. O segundo ramal, que liga os Municípios de Ouricuri e Araripina, num total de 80 quilômetros, e os ramais secundários, com 270 quilômetros, têm conclusão prevista para dezembro de 1998.

A Adutora do Oeste prevê um investimento total de R\$60 milhões e tem reservados R\$20 milhões no Orçamento Geral da União (OGU), de 1997, e R\$40 milhões no próximo ano.

A obra é destinada exclusivamente ao abastecimento de água na Região, atingindo 35 cidades, como disse, de Pernambuco e 320 mil habitantes em nosso Estado. Um terceiro ramal fará ligação da adutora ao Estado do Piauí, atingindo 40 mil habitantes e cinco cidades piauienses.

Sr. Presidente, outros convênios também foram assinados, nesta oportunidade, na presença do Vice-Presidente Marco Maciel, na sede da 3ª Diretoria Regional do DNOCS em Pernambuco, dirigida pelo Dr. José Gaspar Cavalcanti Uchôa.

Os convênios assinados, naquela ocasião, foram:

- ordem de Início de Serviço para a execução da estrada de contorno da bacia hidráulica do açude Serrinha;
- abertura do processo licitatório, pela modalidade de Concorrência Pública, objetivando a contratação das obras de infra-estrutura básica para relocação das vilas atingidas pelo lago da barragem de Jucazinho;
- autorização para abertura do processo licitatório, pela modalidade de Tomada de Preços, objetivando a contratação dos serviços de recuperação da infra-estrutura do Perímetro de Irrigação Cachoeira II, com vistas a sua emancipação neste ano;
- autorização para abertura do processo licitatório, pela modalidade de Tomada de Preços, para construção da barragem de Senharó.

Sr. Presidente, essas obras foram obras hídricas da maior importância, cujos convênios foram assinados na diretoria do DNOCS na nossa presença

e, sobretudo, com o prestígio da presença do Vice-Presidente Marco Maciel, que sempre foi um batalhador pela realização dessas obras.

No depoimento de todos os participantes desse evento ficou patente a importância da participação e do empenho do Vice-Presidente Marco Maciel para que tanto os convênios relacionados com a Sudene como esses relacionados com o DNOCS fossem viabilizados.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de salientar o último evento cumprido pelo Vice-Presidente Marco Maciel no Recife. Refiro-me à inauguração, no encerramento do "Workshop sobre Oportunidades de Comércio na Internet", realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, do supercomputador SP2, doado ao Departamento de Informática da Universidade pela IBM do Brasil.

O supercomputador custa US\$1 milhão e tem nove processadores interligados em altas velocidades, com 2,5 gigabytes de memória principal. Seu sistema de armazenagem pode guardar 40 gigabytes de informação. O aparelho equivale a 100 microcomputadores pessoais de última geração.

De acordo como Vice-Presidente, neste ano o Brasil vai investir 0,8% do PIB em Ciência e Tecnologia. Antes, só haviam sido aplicados 0,3%. No final de 1998, o País espera investir 1,5% nessa área.

Essa é também uma boa notícia, sobretudo para nós, nordestinos, que reconhecemos que sem o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia a nossa Região não terá condições de competitividade em relação às regiões mais desenvolvidas do País.

Na oportunidade, o Vice-Presidente Marco Maciel destacou ser também importante inserir a iniciativa privada no processo de fomento à pesquisa e lembrou que ao se falar em desenvolvimento científico e tecnológico é preciso pensar-se em todas as Regiões do País, para não se concentrarem esforços em um só local. S. Ex^a disse, ainda, que dá total apoio ao esforço da Universidade Federal de Pernambuco para desenvolver tecnologias de informação adequadas ao crescimento e posicionamento do Nordeste.

Portanto, Sr. Presidente, este é um relato que tenho muita satisfação de fazer e que mostra como foi importante a presença do Vice-Presidente Marco Maciel, durante dois dias, em Recife, quer na Sudene, quer no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com dois Ministros de Estado – o Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, e o Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal,

Gustavo Krause -, assinando e trazendo recursos para o desenvolvimento da Região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Joel de Holanda, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra o Senador Otoniel Machado.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. OTONIEL MACHADO (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como médico, vimos acompanhando com muita atenção os desdobramentos da crise da saúde pública no Brasil e consideramos o momento mais do que oportuno para que o Senado possa se pronunciar a respeito, a fim de agilizar a busca de soluções compatíveis com a urgência que o tema requer.

Nós últimos dias, a imprensa vem produzindo farto material mostrando, nos diversos pontos do País, o dramático estrangulamento a que continua submetida a saúde pública no Brasil, a despeito de todos os esforços e extrema dedicação do Exm^o Sr. Ministro Dr. Carlos Silva Albuquerque e de sua laboriosa equipe, a quem reconhecemos o trabalho infatigável que vem realizando para superar os complexos problemas que persistem nesse setor.

Trata-se de uma realidade dramática, porque vidas continuam sendo ceifadas devido à falta ou à ineficiência do atendimento médico. São crianças, adultos e idosos das camadas mais pobres da nossa população que estão morrendo nas filas dos hospitais porque faltam médicos, porque faltam medicamentos, porque faltam leitos, porque falta, acima de tudo, justiça social.

São os nossos semelhantes entregues à própria sorte, deparando-se com uma realidade injusta e desumana, que deve merecer de todas as autoridades brasileiras um cuidado redobrado para impedir que novos acontecimentos continuem vitimando o sofrido povo deste País.

Sabemos perfeitamente que essas fatais deficiências são históricas e estão na raiz da crise social brasileira. Mas já não temos mais tempo para lamentar e justificar esse estado de coisas! Antes é preciso agir – e com rapidez.

Do ponto de vista estrutural, o Sistema Único de Saúde, criado pela Constituição de 1988, é, sem dúvida, o mais adequado para o caso brasileiro. O

SUS permite a administração descentralizada do setor, é moderno, humano, contemporâneo, mas apenas na teoria. Na prática, entretanto, o sistema não conseguiu reafirmar os propósitos que originaram a sua criação.

Trata-se de uma desorganização incontrolável, de dimensões gigantescas, de tal forma que os administradores da saúde brasileira nos diversos Estados do País se sentem de mãos atadas, incapazes de impedir as dores irreparáveis que o sistema provoca, ao não cumprir a sua missão central: salvar vidas e garantir o bem-estar de todos.

Enquanto isso, as filas se multiplicam nas portas dos hospitais públicos nas grandes cidades brasileiras. Em muitos casos os médicos sequer dispõem de um simples analgésico para aliviar a dor, o que nos leva a reafirmar este providencial alerta: a saúde brasileira é uma questão de absoluta emergência.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, em recente publicação oficial, o orçamento para o setor em 1997 é de R\$20,3 bilhões. A Pasta conta com 129 mil servidores em atividade, número que quase dobra se nele forem incluído os mais de 98 mil aposentados e pensionistas. Mesmo assim, faltam médicos e enfermeiros, os recursos humanos são insuficientes, revelando um Brasil ainda doente, que precisa ser socorrido com trabalho e ajuda de todos.

O Ministério da Saúde informa que mais de 10 milhões de brasileiros não têm sequer o atendimento básico. Os recursos são aplicados de maneira desordenada, sem fiscalização eficiente, sem cobrança de resultados. Os hospitais vivem superlotados porque os postos de saúde funcionam mal.

De acordo com esse diagnóstico, a população do País está dividida em três grandes grupos: o Brasil dos que têm um plano de saúde, o Brasil dos que são atendidos na rede pública e o Brasil dos que não têm acesso a nenhum tipo de socorro médico. São os que padecem das doenças, da miséria e da desinformação, os mais de 34 milhões de brasileiros que ainda vivem o martírio da fome, constituindo-se em vítimas inocentes das moléstias.

A população predominantemente urbana possibilita a queda gradual e progressiva das doenças infecciosas e parasitárias como causa de mortes. Mas aumentam as doenças crônico-degenerativas, em particular as relacionadas com o coração, causadas pelo estresse do mundo moderno, avalia o relatório do Ministério da Saúde. O mais grave é constatar que a desnutrição persiste como uma das principais

causas de incapacitação para milhares de brasileiros carentes de proteínas e calorias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as estatísticas indicam que a cada mil crianças que nascem anualmente, 43 morrem por diarreia, pneumonias e causas perinatais. A desnutrição ainda atinge 31% das crianças menores de cinco anos. O País chegou a atingir a condição de oitava potência econômica do universo, mas foi incapaz de resgatar o maior de seus males, que é essa pesada dívida social.

O momento, portanto, requer a adoção de ações imediatas e eficientes, tendo em vista estabelecer políticas públicas para a saúde brasileira, de modo a solucionar o problema da superlotação dos hospitais, prevenir e curar, com eficiência, as moléstias e, sobretudo, salvar vidas.

O Sr. Levy Dias – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OTONIEL MACHADO – Concedo um aparte ao nobre Senador Levy Dias.

O Sr. Levy Dias – Uma das grandes virtudes da divulgação dos trabalhos da Casa, através da TV e da Radio Senado, é a de poder levar a milhões de brasileiros um depoimento como o que V. Ex^a faz hoje. Quero dizer a V. Ex^a que tenho batido insistentemente numa tecla, aqui no Senado, que é a da nossa responsabilidade no que diz respeito à fiscalização e à distribuição do dinheiro do Tesouro Nacional, ou seja, o destino desses recursos. Recentemente fiz um pronunciamento veemente – e digo isso sem nenhum constrangimento, apaixonado até – contra a votação do recurso destinado a salvar o Banerj. Se aquele dinheiro se destinasse à saúde pública do Rio de Janeiro, votaria a favor. Ao ver V. Ex^a discorrer sobre a saúde pública do nosso País, como médico que é, lembrei-me de que, na noite seguinte à aprovação desse recurso destinado ao Banerj, o Jornal Nacional mostrou, com toda a clareza, a situação dramática da saúde pública no Rio de Janeiro, que, aliás, não é muito diferente da dos demais Estados. O que vemos todos os dias através da televisão, Senador Otoniel Machado, causa-me grande preocupação, porque quer me parecer que isso não causa mais impacto nas pessoas, que estão achando esse assunto normal. Lembro-me de que me referi a um quadro mostrado pela televisão a respeito da saúde no Rio de Janeiro, onde aparecia um cidadão fazendo respiração boca a boca em um membro de sua família, que estava deitado na calçada; há também um outro quadro onde um cidadão, sem camisa, e com uma criança nos braços, caminhava de um de lado para o outro, pedindo, pelo amor de Deus, que alguém o ajudasse. Um portão

fechado, atrás do qual havia vários policiais, e as pessoas morrendo à míngua. O pronunciamento de V. Ex^a é extremamente oportuno, porque traz de volta à consciência das pessoas a verdade do que vem ocorrendo na saúde pública brasileira. E nós, aqui no Senado, que temos em nossas mãos a força, o poder e o dever de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, que tenhamos a coragem, acima dos partidos políticos, de brigar duro quando recursos são aplicados para salvar bancos e não são aplicados na saúde pública. Cumprimento V. Ex^a mais uma vez pelo seu pronunciamento. Cumprimento o Estado de Goiás, que tem um Governador bicampeão – pelo segundo ano consecutivo é considerado o melhor Governador do País. Cumprimento V. Ex^a e o povo de Goiás pelo Projeto Solidariedade, porque permite a V. Ex^a e aos demais Senadores de Goiás subir à tribuna e dizer de peito cheio que no Estado de Goiás não há uma pessoa sequer passando fome. Não passar fome é saúde. Meus cumprimentos.

O SR. OTONIEL MACHADO – Agradeço as palavras de V. Ex^a, que tem a mesma sensibilidade que tenho. O Brasil, antes de tudo, precisa se preocupar mais com a saúde do nosso povo, com a desnutrição que leva às doenças. Muito obrigado, nobre Senador Levy Dias.

O Sr. Romeu Tuma – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OTONIEL MACHADO – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romeu Tuma – Quero apenas cumprimentá-lo. Em primeiro lugar, dizer que ser vizinho de gabinete de V. Ex^a traz bons fluidos para a convivência do nosso corredor. A simpatia de V. Ex^a e do Senador Iris Rezende são coisas que nos encantam, que nos dão a alegria de pertencer a esta Casa. Com respeito ao pronunciamento de V. Ex^a, sinto um pouco de angústia e tristeza com relação ao que vimos como Senador e antes como Diretor da Polícia Federal: as falcatrúas, as quadrilhas que se formaram para assaltar os cofres da assistência médica, mancomunadas, muitas vezes, até com membros do Governo, falsificando dias de internamento, cirurgias, falcatrúas que V. Ex^a deve conhecer bem, e que não seriam motivo deste aparte. Recentemente, tivemos as mortes em hospitais, não só os casos de hemodiálise no Nordeste do País, como casos de mortes infantis em alguns hospitais do Norte do País, Região que tive a ocasião de visitar com a Comissão Especial do Calha Norte. Penso que essa tristeza alcança muito a sociedade brasileira. Esse alerta, esse pedido de providências e as regras que

V. Ex^a traz no seu discurso são de um especialista, de um homem que conviveu, provavelmente toda a sua juventude, com isso, porque o médico tem esta qualidade, que é uma dádiva de Deus, de conhecer no início do seu aprendizado o sofrimento dos pobres no atendimento à saúde. Isso porque as escolas médicas só trabalham com os carentes. E V. Ex^a traz, da sua vida universitária e também da profissional, todo esse conhecimento que orientará esta Casa na fiscalização e nas decisões que possam melhorar a assistência à saúde do nosso País. Parabéns, Senador!

O SR. OTONIEL MACHADO – Agradeço as palavras do nobre Senador, visto que o seu pronunciamento nos encheu de satisfação e de alegria de ter mais um parceiro na área médica. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o momento, portanto, requer a adoção de ações imediatas e eficientes, tendo em vista estabelecer políticas públicas para a saúde brasileira de modo a solucionar o problema da superlotação dos hospitais, prevenir e curar com eficiência as moléstias e, sobretudo, salvar vidas.

A primeira constatação básica é a de que a saúde brasileira não poderá prescindir, em 98, dos recursos oriundos da CPMF ou de qualquer outra fonte financeira. São R\$6 bilhões que, em 97, estão sendo utilizados principalmente para o pagamento das dívidas. Mas, superada essa etapa, esses recursos podem funcionar como a tábua da salvação, e, pelo menos, amparar um projeto consistente de atendimento à população nos hospitais públicos, fazendo com que não falte socorro aos que precisam, permitindo investimento na ampliação dos recursos humanos e dotando as estruturas de saúde de todos os medicamentos suficientes para atender à demanda. Nesse sentido, concordamos integralmente com o Ministro Carlos Albuquerque, que prega uma profunda reforma no processo de administração hospitalar do País para corrigir distorções e alcançar a eficiência.

Ao mesmo tempo, impõe-se o gerenciamento de programas específicos de investimentos em medicina preventiva. Essa diretriz é uma exigência dos padrões de racionalidade, quando, de fato, se pretende realizar uma ação consistente no combate às causas das moléstias. Simples e de baixo custo, a prevenção é a receita mais eficiente para a mudança de comportamento epidemiológico de diversas doenças. Com essa orientação, com um trabalho redobrado, estaremos evitando milhares de mortes, estaremos salvando milhares de vidas.

Insistimos no exemplo goiano como a principal experiência que o País vive no campo da prevenção às verdadeiras causas das doenças: o programa de combate à fome, implantado pelo Governador Maguito Vilela, traz efeitos concretos no campo da saúde pública, melhorando sensivelmente as condições de vida das populações. Esse projeto de apoio às famílias carentes tem o pronto reconhecimento do Unicef, como uma iniciativa eficaz na busca de indicadores positivos no campo social.

Cento e cinquenta e oito mil famílias de baixa renda estão sendo amparadas pelo Governador de Goiás nas áreas de alimentação, saúde, habitação e geração de alternativas de renda. Noventa mil crianças em todo o Estado recebem diariamente pão e leite, prevenindo doenças e construindo um futuro melhor. Através desse procedimento, a fome, a subnutrição, o abandono, o desabrigo, o desemprego e a desesperança estão gradualmente sendo substituídos por uma vida melhor.

Desta forma, para resolver e amenizar os problemas da saúde, é fundamental a participação dos governos federal, estadual e municipal, que devem assumir integralmente a coordenação e execução de ações conjuntas a curto, médio e longo prazos. No mesmo sentido, torna-se decisiva a ação política permanente, a mobilização e organização dos segmentos sociais, visando a eficiência da oferta de serviços e a consolidação do SUS.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em face da gravidade dos problemas que continuam vitimando a saúde brasileira, quero neste momento fazer um apelo e uma exaltação ao Congresso Nacional para que possamos assumir esta causa generosa, lutando de maneira efetiva na busca de soluções emergenciais para o setor.

Faço um apelo no sentido de que todos os parlamentares dêem as mãos ao Ministro Carlos Albuquerque, que vem batalhando de maneira incansável para dar respostas às urgentes necessidades da saúde pública em nosso País. É através desse espírito de solidariedade que vamos empreender as grandes conquistas, diminuindo o sofrimento de nosso povo, impedindo que prosperem a dor e o desespero que continuam rondando os nossos hospitais.

Com programas específicos de combate à fome e à miséria, com uma fonte de financiamento definida e estável para enfrentar os principais problemas estruturais, com a participação de todos, vamos encontrar as melhores soluções para a saúde brasileira. Como parlamentares, como cidadãos, temos o dever...

O Sr. Carlos Patrocínio – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OTONIEL MACHADO – Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Carlos Patrocínio – Eminentíssimo Senador, eu gostaria de me congratular com V. Ex^a quando profere, da tribuna do Senado Federal, um discurso que nos chama à profunda reflexão e que diz respeito à saúde. E este é cognominado o Ano da Saúde pelo Presidente Fernando Henrique. V. Ex^a ressalta o trabalho do excelente Governador Maguito Vilela na luta pela desnutrição, pela cobertura vacinal e por melhores condições de vida para o povo goiano, e sabemos que S. Ex^a tem-se preocupado com esse problema. É necessário que assuntos como esse sejam sempre repetidos aqui no plenário do Senado Federal. A meu ver, depois do desemprego, o problema da saúde é o que mais aflige a população brasileira, e V. Ex^a apresenta sugestões às quais também deveremos acrescentar outras mais. É necessário que, de uma vez por todas, a saúde tenha a sua fonte, para que não falem recursos como em todo o final de ano, como sempre ocorre por ocasião dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Estamos apresentando uma emenda à PEC da Previdência Social para que os recursos, já estabelecidos em medida provisória – ou seja, contribuição social dos aposentados e pensionistas, estabelecido pelo Governo Federal –, sejam canalizados para a saúde. Além do mais, nobre Senador Ottoniel Machado, em boa hora a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional instituiu que, no decorrer de 1998, não deverão ser destinados recursos aquém dos que já foram destinados em 1997. Portanto, a LDO garante o mínimo de recursos para a saúde, como o que foi ou o que será aplicado neste ano. V. Ex^a cita que provavelmente a CPMF deverá ser prorrogada. Já sabemos disso. Isso já deve ser vontade do Governo Federal, mesmo porque a CPMF está ultrapassando as expectativas em termos de arrecadação. Penso que logo ela deverá ser canalizada totalmente para a saúde – e V. Ex^a bem frisa isso –, depois de pagar várias contas que tem junto aos hospitais privados, aos conveniados e aos públicos, e sobretudo junto ao FAT, para o atendimento final, que é o atendimento da população brasileira. Portanto, congratulome com V. Ex^a pela importância de seu discurso, e peço, como médico que é, como grande guardião da saúde no Estado de Goiás, que volte a debater assuntos da mesma importância deste que V. Ex^a profere nesta oportunidade. Assim sendo, as minhas congratulações efusivas.

O SR. OTONIEL MACHADO – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ainda mais por ser um companheiro, um colega da área médica e vizinho do nosso Estado. Quero conclamá-lo para um trabalho de parceria, lutarmos para a melhoria da assistência médica nos nossos Estados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com programas específicos de combate à fome e à miséria, com uma fonte de financiamento definida e estável para enfrentar os principais problemas estruturais, com a participação de todos, vamos encontrar as melhores soluções para a saúde brasileira. Como Parlamentares, como cidadãos, temos o dever e a obrigação de agir agora, de agir rápido. Não existirá obra maior no Brasil do que garantir a melhoria das condições de saúde de seu povo. É a partir daí que poderemos moldar um país fraterno, solidário e socialmente justo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Otoniel Machado, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Levy Dias, por permuta com o Senador Joel de Hollanda.

O SR. LEVY DIAS (PPB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho procurado, durante todos os meus pronunciamentos no Senado, abordar temas que considero da maior importância para o meu Estado e para o Brasil.

Um dos aspectos nem sempre devidamente valorizados da formação de um grande bloco comercial internacional – como o Mercosul – é a necessidade da integração entre os sistemas de transportes dos países que o compõem. De fato, a disponibilidade de uma malha de transportes racional e moderna constitui um fator de primeira importância para o sucesso das atividades econômicas em geral e, de maneira mais destacada, para o comércio. Entre as características mais relevantes de um tal sistema de transportes, destaca-se a intermodalidade como principal estratégia de otimização do emprego dos recursos naturais e infra-estruturais de uma região.

Infelizmente, a começar pelo Brasil, os países do Mercosul apresentam uma infra-estrutura de transportes obsoleta, desarticulada e, o que é pior, em péssimas condições de operação. É notório, por exemplo, o estado de ruína das rodovias brasileiras, as principais vias para o escoamento da produção

nacional de todo tipo de mercadorias. Essas estradas de rodagem – que talvez fosse mais apropriado chamar "estradas de solavancagem", tantos os buracos em suas pistas – são também, em nosso País, o principal meio para o transporte de passageiros, sejam migrantes, turistas, ou trabalhadores residentes na periferia das cidades onde trabalham.

A velha opção preferencial – quase exclusiva – pelas rodovias e o descaso com sua conservação contribuem para o elevado custo médio da tonelada de carga transportada em todo o Brasil. Mesmo com as estradas em perfeitas condições de utilização – o que, repito, está longe de ser o caso no País –, o emprego extensivo de caminhões resulta em maiores custos por tonelada-quilômetro que as alternativas ferroviária e hidroviária, pois cada litro de combustível consumido por caminhão transporta uma tonelada de carga ao longo de 25 quilômetros; consumido por locomotiva, transporta a mesma tonelada ao longo de 86 quilômetros; consumido por rebocador-empurrador de barcaças, transporta-a ao longo de 219 quilômetros! Deixar de lado a opção do transporte fluvial, portanto, constitui estorvo à competitividade do País, tanto no âmbito do bloco regional de que faz parte quanto em termos globais.

Que dizer, então, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um bloco comercial servido por uma grande bacia fluvial, como é precisamente o Mercosul, que tem no rio da Prata e em seus formadores uma rede de transporte quase pronta, presenteada pela natureza? Que dizer desses países se não souberem aproveitar essa dádiva, desperdiçando-a pela preguiça ou pelo pouco caso em fazer as pequenas obras necessárias para viabilizar seu emprego?

Digo "pequenas obras" porque, segundo estudo do Dr. Aldayr Heberle, apresentado no seminário "Hidrovia, portos e pesca predatória", realizado na cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, no último dia 28 de junho, patrocinado pela Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, presidida pelo ilustre Deputado Paulo Correia, será suficiente fazer o desenrocamento de alguns trechos do rio Paraguai, em território do país guarani, e implementar um sistema de sinalização noturna, para que a navegação entre aquela cidade sul-mato-grossense e Buenos Aires se possa fazer de maneira ininterrupta, sem paradas noturnas e sem manobras de desmembramento de comboios para contornar pontas submersas de pedra.

Cabe advertir os que podem pensar que essas obras resultariam em agressão ao meio ambiente que elas não consistem no desenrocamento de bar-

ragens naturais de pedras que contenham o fluxo das águas do rio, criando **habitats** isolados. Tratar-se-ia simplesmente da retirada de pontas submersas de pedra que se aproximam da superfície da água e impedem a passagem direta dos comboios de barcas, retirada que não alteraria as condições de vida natural das espécies nativas.

As vantagens da modalidade hidroviária incluem ainda a maior capacidade de carga e a menor taxa de poluição entre todas as formas de transporte. Essa modalidade tem maior capacidade de carga porque cada barcaça, adaptada às condições de navegabilidade do rio Paraguai, pode transportar 1.500 toneladas de carga, o equivalente a 30 vagões ferroviários ou a 60 caminhões. No rio Paraguai, cada comboio é formado por 16 barcaças, o equivalente a 960 caminhões. Ano passado, mesmo sem a realização dessas obras, 8,6 milhões de toneladas de carga foram transportadas por essa via, entre as quais 3,2 milhões de toneladas de grãos e subprodutos, 2,2 milhões de toneladas de minérios e 2 bilhões de toneladas de produtos de petróleo. Imagine-se o potencial dessa hidrovia quando for implementada!

Por sua vez, o transporte hidroviário é o menos poluente. Segundo estudos realizados nos Estados Unidos, os caminhões jogam na atmosfera sete vezes mais hidrocarbonetos que os rebocadores-empurradores, e os trens, cinco vezes mais. As proporções de emissão do venenoso monóxido de carbono em relação de navios são de três vezes para os trens e dez vezes para os caminhões. A poluição por emissão de óxido nítrico, por sua vez, é três vezes maior no caso dos três e dezenove vezes maior no caso dos caminhões, em relação aos rebocadores-empurradores.

Restará ainda alguma dúvida, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que o transporte fluvial é o mais barato e o mais limpo que existe? Por que será que os Estados Unidos, a nação mais rica e poderosa do mundo, transportam por essa via, anualmente, 1,2 bilhão de toneladas de carga? Será que eles não precisaram regularizar também sua bacia do Mississipi-Missouri para poderem fazer dela o grande escoadouro da enorme produção agrícola e industrial da região banhada pelos afluentes desses grandes rios?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é imenso o potencial produtivo ainda por ser explorado na Região Centro-Oeste.

O Sr. Ramez Tebet - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEVY DIAS - Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Ramez Tebet - Senador Levy Dias, V. Ex^a aborda a navegabilidade do rio Paraguai, o transporte intermodal, as possibilidades da realização desse transporte através do secular rio Paraguai, que já realiza esse transporte embora de maneira precária há mais de um século, num momento de grande importância. O discurso de V. Ex^a tem uma oportunidade ímpar, mas deixa transparecer em seu pronunciamento que há vozes que se levantam contra a navegabilidade da hidrovia do rio Paraguai, sob a alegação de que é preciso preservar o meio ambiente. V. Ex^a está demonstrando em profundidade, de forma serena, que essa alegação não procede, que essa navegabilidade é importante para a economia do Brasil e, principalmente, para o Centro-Oeste e para o Estado que nós dois representamos, Mato Grosso do Sul. Cumprimento V. Ex^a e, ao mesmo tempo, aproveito a oportunidade do seu discurso para parabenizar os técnicos do Ministério dos Transportes e do Ministério das Relações Exteriores que estão estudando esse assunto, dando-nos a tranquilidade de que essa navegabilidade passa por aquilo que é desejo e filosofia do nosso Governo, o desenvolvimento auto-sustentável, quando se discute a hidrovia Paraguai-Paraná. A filosofia é: vamos adaptar a embarcação ao rio e não fazer o contrário. Os técnicos e as autoridades brasileiras estão demonstrando que estão bem, quando estudam a fundo o assunto e indicam que esse é realmente um caminho ainda a ser aproveitado para o bem da economia do Brasil e do Centro-Oeste. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. LEVY DIAS - Muito obrigado, nobre Senador Ramez Tebet. Quando decidi trazer esse assunto ao Plenário do Senado Federal, o que me moveu foi exatamente o sentido de nós todos - Executivo e Legislativo - fazermos um trabalho conjunto.

Entretanto, existe muita desinformação, muita falta de conhecimento. Estou trazendo os dados numéricos com o objetivo de mostrar que esse tipo de transporte não é poluente, é econômico e que é o grande meio de transporte de todas as nações do mundo.

Agradeço o aparte de V. Ex^a. O nosso Estado bem como o Estado de Mato Grosso, o Estado de Rondônia, o Estado de Tocantins serão grandemente beneficiados. Conversava, na semana passada, com o Governador do Tocantins, Siqueira Campos, e S. Ex^a, no mapa, estudava uma ligação Tocantins-Araguaia, também na busca de uma solução econômica para o transporte de grãos daquela região.

Naturalmente, o caminho será esse.

O Sr. Jonas Pinheiro – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. LEVY DIAS – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jonas Pinheiro – Também quero incorporar o meu aparte ao seu pronunciamento exatamente pela oportuna posição que V. Ex^a destaca neste instante. Em Mato Grosso nasce o rio Paraguai e seus afluentes – o rio Cuiabá, o rio São Lourenço, o rio Jauru e outros rios menores, porém, todos navegáveis. Pedi este aparte porque sou um ribeirinho da margem do rio Cuiabá; lá nasci, passei a minha infância e ainda moro. Lembro-me da época em que, através do Paraguai, subindo o rio Cuiabá, houve o grande desenvolvimento ou o descobrimento do nosso Mato Grosso. Lembro-me muito bem das indústrias açucareiras, das usinas de álcool e açúcar que existiam nas margens do rio Cuiabá enquanto aquele rio era navegável. Portanto, nunca o meio ambiente foi prejudicado pela navegação dos nossos rios. Hoje, Mato Grosso busca a solução para o escoamento da sua produção e do seu potencial de produção, através já do uso do rio Madeira/Amazonas, rio Tapajós, Teles Pires, Juruena, rio Araguaia, Tocantins, rio das Mortes. O rio Paraguai, a partir de Cárceres, está pronto para navegar; e, de Cárceres a Nova Palmira, passando exatamente pelos trechos da hidrovía a que V. Ex^a se refere, são 3.400 quilômetros, disponíveis para o transporte do nosso produto. Eu, tanto quanto V. Ex^a e o Senador Ramez Tebet, estamos todos a imaginar quanto será pródigo às nossas Regiões e aos nossos Estados o dia em que pudermos estar transportando, na plenitude, a nossa produção através do rio Cuiabá, rio São Lourenço, rio Paraguai e todos aqueles rios que dão acesso às propriedades, às regiões, às áreas de alta produção como hoje já acontece no nosso Estado. Parabéns a V. Ex^a pelo tema que traz à discussão. Quero dizer que também queremos nos incorporar a esse trabalho. Muito obrigado.

O SR. LEVY DIAS – Agradeço o aparte, Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a e eu temos alguma coisa em comum. Jonas, nascido em Cuiabá, morou muitos anos em Campo Grande, onde se formou veterinário. Eu, nascido na região sul, em Aquidauana, morei em Campo Grande e depois em Cuiabá, como Deputado Estadual. Essa integração é bem conhecida nossa.

O Senador Jonas Pinheiro é, sem sombra de dúvida, a maior autoridade que temos aqui no Senado da República nessa área de grãos. S. Ex^a participa de perto do trabalho de retirada dos grãos do seu Mato Grosso, da Chapada dos Parecis para o rio

Madeira, depois para o Amazonas e, de lá, para a Europa. Agradeço de coração o seu aparte, Senador Jonas Pinheiro, que enriquece e fortalece o meu pronunciamento, pois a palavra de V. Ex^a é a palavra de uma autoridade que conhece o assunto.

O Sr. Romeu Tuma – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEVY DIAS – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma – Muito obrigado, Senador Levy Dias. Cumprimento-o pela oportunidade que nos proporciona de discutir esse assunto. Tivemos dois eventos importantes em São Paulo: o primeiro, na cidade de Araçatuba, onde se discutiu o problema dos transportes pelas hidrovias. São Paulo avança muito na hidrovía Paraná-Tietê, que já está praticamente com mais de 70% de suas vias navegáveis. Na oportunidade, discutia-se a interligação das hidrovias Paraná-Tietê e Paraguai-Paraná. Durante as exposições, como bem disse o Senador Ramez Tebet, o Itamarati trouxe resultados e ficou de nos enviar cópia do relatório no qual se discutiam aspectos ambientais do Pantanal, os possíveis prejuízos ecológicos a que a revista *Veja* e outros jornais se referiam com relação à hidrovía Paraguai-Paraná. Dizia-se que o impacto ambiental não é tão preocupante quanto se pensou de início, provavelmente com pequenas obras seria resolvido. Acrescento ainda, se me permitir, ao discurso de V. Ex^a observações também a respeito do transporte intermodal. O Presidente, ainda ontem, quando se discutia o problema dos transportes com a Confederação Nacional dos Transportes, levantou o problema da Ferronorte. É uma pretensão do seu Governo investir na conclusão imediata da ponte e a ligação pela estrada; assim, a hidrovía, a Ferronorte e algumas outras estradas – como disse um Senador do Mato Grosso quanto à questão da estrada de Santarém – proporcionará maior facilidade e uma diminuição do custo. O transporte, no Custo Brasil, é o que mais onera as nossas mercadorias exportadas, quando chegam ao Porto de Santos e a outros portos que estão funcionando – aguarda-se a inauguração de mais três portos: Sepetiba e mais dois outros. Com esse investimento nas hidrovias, acredito, teremos mais competitividade no exterior. Além da questão da poluição, conforme dados trazidos por V. Ex^a sobre a rodovia, hidrovía e ferrovia. Parabéns a V. Ex^a. Acho que se trata de um marco a discussão desse tema no Senado, que é tão importante.

O SR. LEVY DIAS - Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Na voz de V. Ex^a, falou o poderoso São Paulo, que tem já a experiência no trecho de hidrovía Tietê-Paraná. Até a palavra de V. Ex^a é muito

importante porque prova que é o caminho correto, é o meio mais fácil de se transportar as cargas no mundo inteiro. Creio que o Brasil desleixou muito desse problema de hidrovia, ao longo dos anos, quando estabelecemos uma política de transporte através de rodovia, ou seja, transportando sobre pneus, diferentemente do que ocorre no resto do mundo. E a experiência de São Paulo, para nós, é muito importante, primeiro, porque São Paulo é meio Brasil; segundo, porque é uma experiência já consolidada, operando, trabalhando naturalmente.

Se calcularmos o que vai acontecer com as nossas rodovias, Senador Romeu Tuma, no futuro, com a violência da produção de veículos automotores do nosso País, com a violência da produção que, no mundo inteiro praticamente, durante muitos anos, durante muitas décadas, apenas algumas montadoras operavam. Hoje, temos dezenas de montadoras e, naturalmente, não vamos ter a curto prazo uma solução não só do problema mercadológico mas, acima de tudo, do problema das nossas estradas. As montadoras jogam no nosso mercado, todos os meses, aproximadamente 180 mil veículos, e as estradas são as mesmas, as avenidas são as mesmas, as ruas são as mesmas. Então, esse transporte, além de todo benefício que traz, vai aliviar gigantesamente o tráfego rodoviário, vai diminuir os acidentes e facilitar a vida dos brasileiros.

Cumprimento V. Ex^a e agradeço pela intervenção feita. São Paulo vai participar deste pequeno, humilde e pálido pronunciamento com a grandeza de sempre.

Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Carlos Patrocínio – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEVY DIAS – Concedo o aparte ao Senador Carlos Patrocínio, do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O tempo de V. Ex^a está findo, de maneira que solicito a V. Ex^a, após o aparte, que conclua as suas considerações.

O SR. LEVY DIAS – Atenderei com muito prazer à solicitação da Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Patrocínio – Nobre Senador Levy Dias, eu gostaria de fazer coro a tantos quantos me antecederam em apartes. V. Ex^a trata da modernização da matriz de transporte de carga em nosso País, que é de suma importância. Ainda bem, nobre Senador Levy Dias, que a hidronavegabilidade, a intermodalidade de transporte em nosso País está inserida no plano de metas ou no Plano Brasil em Ação do Presidente Fernando Henrique Cardo-

so. Acredito que a Hidrovia Tietê-Paraná foi uma das maiores obras contemporâneas e que abriu todo esse leque de opções, porque temos, talvez, a maior bacia hidrográfica do Planeta. E principalmente, quando se fala em globalização da economia, o Brasil tem que repensar a sua matriz de transporte. E V. Ex^a, de maneira muito oportuna, traz este assunto para o Plenário do Senado Federal. Talvez V. Ex^a possa me responder se é correta a informação que tive de que há uma liminar da Justiça obstruindo o desejo de se iniciar, já no decorrer deste ano, o transporte de carga pela Hidrovia Tocantins-Araguaia, sobretudo em Nova Xavantina. Não sei se por razões ecológicas, ainda não tenho conhecimento da inteireza desse documento. Talvez V. Ex^a ou o Senador Jonas Pinheiro tenham conhecimento. Eu gostaria de dizer que os números de V. Ex^a são irrefutáveis. A hidrovia é a modalidade de transporte mais barata, muito mais barata, que já vem sendo praticada no mundo todo e que nos garantirá a competitividade com as demais nações do mundo e, sobretudo, é a que menos impacto causa ao meio ambiente. Portanto, só esses números apresentados por V. Ex^a e essas duas questões já nos dizem que temos que partir, efetivamente, para modernizar a nossa matriz de transporte, sobretudo de carga. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. LEVY DIAS – Obrigado, Senador Carlos Patrocínio.

Consulto V. Ex^a, Sr. Presidente, para saber se V. Ex^a me concede cinco minutos para que eu possa concluir o meu pronunciamento. É possível, Sr. Presidente?

Para concluir o meu pronunciamento, eu precisaria de cinco minutos. V. Ex^a me concede cinco minutos, Sr. Presidente? Estou apelando ao coração de V. Ex^a, porque o assunto é muito importante para o Senado. E falo pouco, Sr. Presidente, então hoje eu queria concluir este pronunciamento, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço a V. Ex^a que logo que possa concluir conclua, porque o precedente não é bom.

O SR. LEVY DIAS - Agradeço de coração, Sr. Presidente.

A perspectiva para o desenvolvimento industrial da região é promissora, por sua riqueza mineral, mais ainda agora que disporemos do gás boliviano, com a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, tema sobre o qual também já fiz pronunciamento nesta Casa. Além disso, Mato Grosso já é o segundo produtor de soja do País, devendo colher mais de cinco

milhões de toneladas neste ano. A expectativa é de que se torne, já em 1998, o primeiro produtor nacional, superando o Paraná, crescimento que ainda poderia ser maior se o transporte até a Argentina estivesse facilitado.

De fato, o parque industrial de beneficiamento de oleaginosas daquele país atingirá, ano que vem, a capacidade de 27 milhões de toneladas. A agricultura argentina só produziu, este ano, cerca de 11 milhões de toneladas, tendo potencialidade, em anos muito favoráveis, para atingir 14 milhões de toneladas. Há, portanto, 13 milhões de toneladas potenciais de capacidade ociosa de beneficiamento de grãos na Argentina, capacidade que poderá ser ocupada pelo insumo do Centro-Oeste brasileiro e da Bolívia, se o custo do transporte for compatível, isto é, se a Hidrovia Paraguai-Paraná for implementada.

É muito relevante, para a análise desse potencial, a infra-estrutura já instalada de portos e terminais na região. Corumbá e Puerto Aguirre já são hoje grandes portos de carga, descarga e transbordo de grãos e poderão ser tornar ainda mais importantes. Empresas privadas estudam a possibilidade de se construir um terminal graneleiro na localidade de Barranco Vermelho, 270 quilômetros ao sul de Cáceres pelos meandros do rio e a apenas 60 quilômetros em linha reta, que podem facilmente ser vencidos por rodovia – o que demonstra que não estou inteiramente contra esse tipo de transporte. Esse terminal viabilizaria o escoamento de parte da produção de soja de Rondonópolis, evitando também a necessidade de obras de dragagem e retificação do rio, muito sinuoso nesse trecho.

A hidrovia poderia representar, ainda, uma alternativa para o transporte de contêineres por caminhão desde Montevideu até o Centro-Sul do Brasil, rota utilizada em face dos custos irrealmente elevados da descarga desse tipo de carga pré-lingada nos portos brasileiros. Cabe lembrar ainda a recente construção, pelo Governo paraguaio, do porto de Concepción, o investimento do grupo Beltancor Trading num terminal em Nueva Palmira, no Uruguai, e a existência, nas barrancas do Rio Paraná, de inúmeros terminais graneleiros privados.

São dados objetivos que demonstram a imensa potencialidade econômica da exploração da bacia do Paraná-Paraguai como via para a navegação e para o transporte de carga. Não devemos esquecer, tampouco, o grande potencial turístico dessa hidrovia, que permitiria aos visitantes a possibilidade de fazer uma bucólica viagem de barco desde Buenos Aires até o pantanal mato-grossense. Sendo o turismo a

indústria que mais cresce no mundo, e a área da bacia do Prata cheia de belezas naturais e de sítios históricos, essa alternativa econômica não é nada desprezível.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de manifestar aqui o meu apoio à proposta de se viabilizar a navegação segura, eficiente e barata pelo maior rio navegável do mundo sem eclusas, que é o Paraguai.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Guilherme Palmeira.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos improrrogáveis.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

1 – No atual quadro de transformações da sociedade e do Estado brasileiros, uma questão crucial a ser enfrentada é a da nossa matriz energética. E, mais especificamente, a geração de energia a partir de fontes alternativas aos combustíveis fósseis.

2 – Reestruturar as respectivas matrizes energéticas pela diversificação das fontes de energia e pela procura da menor dependência dos recursos não renováveis, sobretudo o petróleo, é política dos países desenvolvidos, dentro do planejamento estratégico de seu futuro.

3 – Não seria o caso de investirmos, nós também, em fontes alternativas? De dotarmos o Brasil de uma matriz energética flexível e ágil, capaz de enfrentar possíveis crises nas fontes não renováveis de energia?

4 – Os Estados Unidos têm hoje um programa de produção de álcool, a partir do milho, que já alcança o equivalente a 45% do nosso Proálcool, e é fortemente apoiado pela opinião pública.

5 – Por que, então, tratarmos o Proálcool como um enjeitado, deixando-o morrer à míngua de recursos e de perspectivas de futuro?

6 – O Proálcool é mais do que uma alternativa energética transitória. Não pode ser desativado, sob o pretexto da obsolescência.

7 – Hoje produzimos gigantescas safras de 300 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, das quais extraímos como derivados: o álcool hidratado automotivo; o álcool anidro, que, misturado à gasolina, reduz o seu potencial poluente; o açúcar, item importante de nosso consumo interno e de nossa pauta de exportações; o bagaço da cana, matéria-prima para a geração de energia elétrica para as usinas e

destilarias beneficiadoras da cana; e a levedura de cana, alimento de altíssimo valor protéico.

8 – Como vemos, o Programa do Álcool não é somente um programa de produção de combustível. Ele movimenta cerca de R\$9 bilhões por ano; emprega aproximadamente um milhão de pessoas no campo; gera energia automotiva e elétrica; e, ainda, produz alimentos como o açúcar e a levedura.

9 – A geração de energia à base de matérias-primas alternativas é uma questão que já está colocada na mesa das decisões das grandes nações deste planeta.

10 – Investigar a sua viabilidade, desenvolver tecnologia, baratear custos e tornar os produtos economicamente viáveis são opções estratégicas que estão a exigir posicionamento das sociedades mais conscientes.

11 – O horizonte é o ano 2050, para quando se estima o esgotamento das jazidas petrolíferas.

12 – O Proálcool não é um programa que deva ser medido apenas pelos seus aspectos econômicos. Suas implicações sociais e estratégicas são tão ou mais relevantes que as puramente econômicas. Assegurar seu futuro é vital para o Brasil, já que a gasolina não é eterna e a lavoura de cana pode ser renovada.

13 – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a inserção definitiva do álcool carburante e de outras fontes renováveis na matriz energética brasileira é uma questão que diz respeito ao futuro do Brasil como Nação independente.

O Sr. Humberto Lucena – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA - Com muita satisfação, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena – Senador Ney Suassuna, desejo ir ao encontro das palavras de V. Ex^a para dizer da oportunidade do seu pronunciamento sobre a questão tão atual da restauração do Programa do Álcool no Brasil, que foi objeto inclusive de recente entrevista do Senhor Presidente da República nos Estados Unidos. O Brasil é um País que deve se ufanar de ter descoberto a tecnologia do álcool carburante e procurar implementá-la o máximo possível, inclusive com vistas à exportação. Sabe V. Ex^a que, além de internamente termos, com o álcool carburante, a possibilidade de diminuir o problema da poluição ambiental, temos também a imensa possibilidade de aumentar as nossas divisas com a sua exportação para países que já começaram a utilizar o carro a álcool como transporte alternativo. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, Senador Humberto Lucena. O aparte de V. Ex^a soma-se ao meu discurso, para minha honra.

É verdade. Realmente o álcool poderá ser um item importante na pauta de exportação. É bom que busquemos também essa alternativa.

Continuo.

14 – O desenvolvimento de fontes não poluentes de energia é capital para um País do peso do Brasil no cenário mundial.

15 – Pensar, planejar e viabilizar uma matriz energética compatível com condições ambientais saudáveis, de efeitos e de custos suportáveis para nossa população, é obrigação da geração presente para com as que nos sucederão.

Por todas essas razões é que recebi, com grande entusiasmo, a auspiciosa notícia de que o Governo pretende reativar o Proálcool, ampliando a incidência do imposto verde ou ambiental, conforme anteprojeto em estudo na Comissão Interministerial do Álcool.

Em que pesem as controvérsias decorrentes da natureza polêmica da proposta, no que tange aos seus aspectos operacionais – principalmente no âmbito das contas internas da Petrobrás -, o fato é que, ao defender a reativação do Proálcool, enquanto medida estratégica de defesa do meio ambiente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso abre novas perspectivas para a reestruturação das matrizes energéticas no contexto econômico brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares, por permuta com o nobre Senador Osmar Dias.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem cunhado alguns neologismos para descrever, com propriedade, certas facetas da realidade nacional ou da postura psicossocial do brasileiro. Uma dessas expressões cunhadas pelo Presidente é a "fracassomania". Com efeito, a inegável gravidade das mazelas do País, associadas à longa história de equívoco das tentativas – ou pseudotentativas – governamentais de solucioná-las, habituou-nos a um sentimento de catástrofe iminente, de falta de saídas ou de perspectivas de melhora. Enxergar e apontar aberrações, injustiças, desvios é sempre fácil, e o mais desinformado cidadão tem na ponta da língua uma longa lista de motivos para a sua indignação cívica.

Quando essa indignação cívica é canalizada construtivamente para reivindicar, para exigir correção de injustiças, depuração ética nas instituições, ação efetiva do Governo ao encontro dos anseios populares – e isso vem ocorrendo com frequência e intensidade cada vez maiores na história recente do País -, ela – a indignação – representa amadurecimento da cidadania e aprofundamento da prática e da consciência democráticas. Quando, no entanto, a indignação se converte em "fracassomania", o que prevalece é o negativismo injustificado e a desesperança, que conduzem à inércia e à apatia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, "a fracassomania", o ceticismo em relação ao País e a sua capacidade de superar dificuldades acabam por fazer com que não enxerguemos a exata dimensão dos nossos êxitos. Esse é o caso do Plano Real, no momento em que se comemora o seu terceiro aniversário.

Inobstante o generalizado apoio ao Plano Real – não somente evidenciado nas pesquisas de opinião, mas também manifestado por porta-vozes dos mais diferentes setores sociais -, não creio que tenhamos aprendido com exatidão a profundidade das transformações que ele vem trazendo à vida do País – parece que rápido demais esquecemos a situação que vigorava anteriormente a julho de 94, perdendo, assim, os parâmetros de comparação que nos permitiriam valorizar adequadamente o novo momento que o Brasil vive.

Façamos, portanto, esse exercício. Transportemo-nos 3 anos ao passado e olhemos em direção ao futuro.

Estamos em julho de 1994. A inflação está em torno de 40% ao mês. A taxa anualizada já chegou a 4.000%. Nos últimos 13 anos, a indústria brasileira esteve estagnada, o PIB cresceu apenas 21,45%, a renda **per capita** caiu 5%. O empresário nacional, por absoluta inviabilidade de realizar planejamento, em face da caótica situação da economia, não se arrisca a investir. O investidor estrangeiro não quer nem ouvir falar em Brasil. Boa parte dos desempregados sequer aparece nas estatísticas, porque, em face da falta de perspectiva, até desistiu de procurar colocação.

Naquele momento – julho de 94 -, quem daria crédito à previsão de que, dentro de 3 anos, a inflação anual estaria reduzida a 7%? Quem admitiria a possibilidade de um crescimento do Produto Interno Bruto – PIB – da ordem de 13,6%, em apenas três anos? Quem apostaria no aumento de quase 9% na renda **per capita**, nesse mesmo e curto período? Quem ousaria prever um aumento no rendimento médio real dos assalariados de 22%? Quem poderia prognosticar crescimento superior a 50% da massa salarial real?

Este é, sem qualquer sombra de dúvida, um aniversário a ser comemorado. Um aniversário a ser comemorado com efusão, com alegria e, sobretudo, com muito orgulho. O caminho percorrido por nossa Pátria nesses 3 anos, o avanço obtido, as transformações concretizadas são algo de extraordinário.

Talvez seja intrínseco à natureza humana acostumar-se facilmente aos avanços obtidos, às melhorias alcançadas nas condições de vida. Assim, o ser humano passa a perceber a nova situação como normal, deixando de valorizar adequadamente o progresso que conquistou; concentra-se, uma vez mais, naquilo que ainda lhe falta, no que almeja conseguir.

No entanto, até para melhorar nosso moral nas batalhas que estão pela frente – e serão muitas e grandiosas, não há dúvida -, é fundamental que demos a devida apreciação a um êxito importante quando ele é conquistado. A dimensão do êxito representado pelo Plano Real dá a medida do potencial do Brasil e da capacidade dos brasileiros.

No passado recente, a utilização do verbo "mudar" e do adjetivo "novo" em **slogans** governamentais desgastou-se por completo, pois, apesar das peças publicitárias usarem esse apelo à exaustão, nada mudava e nada era novo. Hoje, sem que o Governo tenha necessidade de brandir **slogans**, basta uma breve recordação da situação que o País vivia há 3 anos para termos a clara percepção da profundidade das mudanças, da amplitude da renovação. Hoje, já não se trata de reclamar: "Muda Brasil"; o Brasil está mudando! Hoje, o Governo não faz propaganda do "novo Brasil", o povo percebe que este é um novo País na sua mesa de refeição.

No que tange à preservação do efetivo valor da troca da moeda nacional, mais significativo ainda do que o fato de convivermos hoje com taxas civilizadas de inflação é o fato de que essas taxas se mantêm constantemente em queda. No ano passado, a inflação ficou entre 9 e 10 %; este ano, deverá ficar entre 6 e 7%; no ano que vem, muito provavelmente, teremos uma inflação inferior a 5%.

Um País que já viveu a realidade da hiperinflação sabe avaliar as vantagens que lhe advêm dessa nova situação. Logicamente, houve o imediato aumento do poder aquisitivo da população mais pobre, que não tem conta em banco, não aplicava no **overnight** e, portanto, pagava integral e diariamente o imposto inflacionário. Entre uma data de pagamento salarial e a próxima, o valor do salário percebido deteriorava-se a taxas superiores a 1% ao dia. No fim do mês, o quilo do feijão na "venda" podia estar 50 ou 60% mais caro.

No entanto, esse é apenas o resultado mais imediatamente perceptível da estabilização econômica. A completa extensão de seus efeitos vai muito além. A questão da previsibilidade, da possibilidade de planejar gastos e investimentos é também fundamental. Há 3 anos, com preços que se alteravam da manhã para noite, o brasileiro não sabia o quanto ganhava, nem o quanto gastava, porque não sabia – ninguém o sabia de fato – quanto valia a moeda. Hoje, as famílias, as empresas e o próprio Governo têm condições de fazer orçamentos reais, de programar seus gastos e seus investimentos.

No caso das empresas isso é condição **sine qua non** para fazer investimentos. Na ausência de previsibilidade, dificilmente um empresário está disposto a assumir riscos, pois, embora eles sejam inerentes à sua atividade, nessa situação crescem de maneira intolerável.

Com a estabilidade monetária, o empresário não apenas sabe o valor efetivo do investimento que está realizando, mas também pode estimular razoavelmente o retorno que terá.

A partir desses efeitos diretos, imediatos na estabilização monetária, vêm os efeitos indiretos secundários. É o caso do crescimento econômico que já se faz sentir de forma acentuada. Em 1997, o nível de produção será superior em nada menos do que 30% em comparação ao nível anterior ao Plano Real. Considerado somente o terceiro ano do Plano, o crescimento do Produto Interno Bruto, em termos reais, foi de 4,8%.

Se o crescimento já acontecido é significativo, a expectativa para o próximo período é de crescimento ainda mais forte, como resultado da recuperação da capacidade de investimento e do ânimo em investir, dada a perspectiva otimista que o país apresenta para o futuro.

No que concerne aos investimentos externos diretos, seu crescimento pode ser qualificado como fabuloso: há 4 anos atrás, eles foram inferiores a US\$900 milhões; em 1995, chegaram a US\$3 bilhões; em 1996, chegaram a US\$9 bilhões; em 1997 superarão US\$14 bilhões e em 1998, na pior das hipóteses, repetirão o desempenho deste ano. Estamos falando, portanto, num incremento superior a 1.300%. Com isso, a taxa de investimento, que era de 14% do PIB, no período 93/94, situa-se hoje entre 17% e 18% do PIB. Ainda no que se refere a investimentos estrangeiros, sua participação nas Bolsas de Valores brasileiras foi ampliada de 10% para 30%. Se os investimentos diretos na economia brasileira refletem, com muita clareza, a confiança do in-

vestidor estrangeiro, a captação de financiamentos no exterior só faz confirmar essa impressão. Na Itália, o recente lançamento de bônus com o prazo de 30 anos foi um sucesso, havendo tomadores voluntários para os papéis brasileiros que só irão vencer no ano 2027. São apostas no Brasil e no seu futuro.

Outra consequência do Plano foi o vigoroso aumento do comércio exterior brasileiro, que praticamente dobrou, passando de US\$50 bilhões, antes da implantação da nova moeda, para US\$100 bilhões em 1996.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um aspecto importante que não podemos deixar de ressaltar, neste momento em que mencionamos algumas das conquistas econômicas tornadas possíveis pelo Plano Real, é o fato de que tudo isso tem sido garantido com muita tranquilidade. Diferentemente de outros países – que, ao realizar os processos de ajuste de suas economias, enfrentaram monumentais crises fiscais, às vezes catastróficas, no sistema financeiro –, vimos conseguindo ajustar a nossa economia sem ocorrência de traumas mais significativos. Na Albânia, na Venezuela e em outros países, as crises nos sistemas financeiros desencadearam conflitos sociais e políticos da maior gravidade. Aqui, ao contrário, conquanto a transição do regime de inflação alta para o de inflação baixa tenha atingido fortemente os bancos, forçando-os a realizar grandes ajustes, conseguimos assegurar a tranquilidade e a confiança da população em seu sistema bancário. Isto tem um significado muito importante: evitar uma crise sistêmica era fundamental, pois uma corrida aos bancos poderia representar o fim do Plano Real.

A administração de um programa como o Plano Real, que representa uma profunda reestruturação em toda a vida econômica do Brasil, exigiu notável competência, sem a qual não teríamos conseguido evitar os fantasmas da **débâcle** do sistema financeiro e da crise fiscal. É importante destacar que a manutenção do plano não tem prejudicado o necessário controle sobre as contas públicas. Ao contrário, o déficit público está em queda. Enquanto em maio de 1996, o déficit do setor público como um todo situava-se em 5,44% do PIB, hoje ele está em 3,44%, e no final de 1997, provavelmente tenhamos um déficit inferior a 3% do PIB. Trata-se de um trabalho que vem sendo feito não só pelo Governo Federal, mas, principalmente, pelos Estados e Municípios. Os resultados, como vimos, já começam a aparecer. Talvez, nos próximos anos, a situação fiscal deva melhorar ainda mais.

Os efeitos do Plano Real sobre o poder aquisitivo da população assalariada, principalmente a mais

pobre, são notáveis. O ilustre economista e ex-Ministro Mailson da Nóbrega afirma que o Plano resultou em aumento médio da renda salarial de 20% acima do índice de inflação do período. Segundo o ex-Ministro, o programa de estabilização reduziu em um quarto a pobreza do País, permitiu o acesso de ampla camada da população ao mercado consumidor, diminuiu a chamada classe "E" e expandiu simultaneamente a classe média.

Já o Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles, destaca que o Plano Real retirou mais de 13 milhões de brasileiros da pobreza absoluta, constituindo, na sua opinião, "o instrumento mais importante de política social que o Brasil já conheceu".

Com efeito, as opiniões de Mailson e Dornelles encontram respaldo nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. Números da Pesquisa Mensal de Emprego e Rendimento realizada pelo Instituto mostram que a proporção de pobres caiu de 33,4%, em 1994, para 27,8%, em 1995, e para 25,1%, em 1996. Esses resultados são consequência da elevação da renda **per capita** em 2,8% ao ano de 1995 e 1,5% em 1996, refletindo ainda a queda no grau de desigualdade que passou de 5,73%, em 1994, para 5,13% no ano seguinte e para 5,7%, em 1996.

O aumento do poder aquisitivo dos mais pobres é também constatado pelo Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, o eminente Deputado Inocêncio Oliveira, que avalia em 30 milhões o número de brasileiros introduzidos no mercado consumidor graças ao Plano Real.

Frente a essa realidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não nos pode causar qualquer surpresa o resultado da mais recente pesquisa segundo a qual 3 entre 4 brasileiros estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a condução da política econômica e social.

Alguns opositores do Real têm procurado transformar a questão do desemprego no seu cavalo de batalha. Analisada a questão com um mínimo de profundidade, veremos que os argumentos contrários são falaciosos.

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que a problemática do desemprego está longe de ser uma peculiaridade brasileira, constituindo, nos dias que correm, o maior desafio aos condutores da política econômica, tanto dos países industrializados quanto dos países em desenvolvimento. A modernização das fábricas, a automação das linhas de montagem, a informatização generalizada são realidades inexoráveis, incontornáveis, contra as quais não se faz sen-

tido rebelar-se, como, aliás, reconhecem os próprios líderes sindicais.

A supressão de postos de trabalho, no contexto desse processo, é um dado de realidade ao qual é inútil opor-se. Cabe, isto sim, buscar alternativas para a criação de ocupações novas e diferenciadas, em que se possa alocar a força do trabalho.

Na verdade, nesse contexto mundial de autêntica revolução no mundo do trabalho, a situação do Brasil é até privilegiada. Nossa taxa de desemprego é um terço da vigente na Argentina e metade da que se verifica na Europa.

Todo o processo de estabilização econômica está sendo feito com pouco sacrifício em termos de emprego. Nos 3 anos de Real foram criados no País 1.151 milhão novos empregos, sendo mais de 360 mil nos últimos 12 meses. O número de pessoas procurando trabalho aumentou, mas conforme pesquisa do Ipea a taxa de desemprego manteve-se baixa, situando-se em 5,2% no terceiro ano do Real.

É importante compreender que a nova situação da economia criou a perspectiva de emprego, fazendo retornar ao mercado de trabalho boa parte das pessoas que haviam desistido dele durante os anos de 1990 a 1993, quando a recessão diminuiu em 10% o número de pessoas em busca de trabalho. Após a introdução do Real, a procura por emprego tem aumentado cerca de 2,3% ao ano.

O Plano Real é um patrimônio da Nação. Um patrimônio que o povo muito preza e não admitirá seja colocado em risco. Como muito bem apontou o Presidente Fernando Henrique Cardoso em seu pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, ontem à noite, a consolidação final dos resultados obtidos com o Plano só depende, agora, da aprovação das reformas constitucionais pelo Congresso Nacional. E aqui quero fazer um elogio público e expresso como testemunha, juntamente com os demais Líderes, da ação do Presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, que, além de ter sido permanentemente um destacado defensor dos trabalhos do Congresso, tem envidado todos os esforços, inclusive agora, na convocação extraordinária, chamando todos os Senadores para o esforço de trabalho que é da índole desta Casa, a fim de que se consigam votar as matérias que foram incluídas na convocação extraordinária e, principalmente, deixando a reforma da Previdência numa situação a partir da qual já poderemos definir as votações em primeiro e segundo turnos.

Urge que se aprovem as reformas para que a estabilidade econômica seja duradoura, para que o

País possa crescer ainda mais e, assim, evitar-se o desemprego. A convocação extraordinária do Congresso, neste mês de julho que hoje inicia, determinada pelo Presidente da República, sinaliza claramente a prioridade que o Executivo confere a essa questão e nós, do Legislativo, se Deus quiser, vamos dar-lhe uma resposta eminentemente positiva.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES – Ouço com prazer o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão – Eminente Líder Elcio Alvares, a economia brasileira, nos últimos 40 anos, passou por dois momentos de significativa importância: o primeiro deles foi durante o Governo do Presidente Castello Branco. O País estava mergulhado numa inflação que beirava os 100% ao mês, àquela época. Com a política econômica adotada pelo Governo Castello Branco, tendo à frente os seus Ministros Roberto Campos e Octávio Bulhões, transformou-se uma economia caótica numa economia de equilíbrio. Agora, temos um segundo tempo com o Plano Real do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é um sucesso admirado no Brasil e no exterior. Cumprimentos, portanto, a V. Ex^a pelo registro e pela análise que faz deste momento de grande importância para a economia brasileira.

O Sr. Sérgio Machado – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES – Depois do aparte do Líder do meu Partido, PFL, ouço com satisfação o Líder do PSDB, Sérgio Machado. É muito interessante, porque, na verdade temos, tanto no PFL quanto no PSDB, um apoio sistemático em favor do Governo, ao lado de outros partidos que sustentam a nossa base partidária no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Após os apartes, se V. Ex^a puder concluir suas palavras – brilhantes palavras, aliás -, eu o agradeceria, porque outros oradores estão inscritos.

O SR. ELCIO ALVARES – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy – Mas eu apreciaria ter a oportunidade de um breve aparte também, Sr. Presidente, dada a importância do pronunciamento do Líder do Governo.

O Sr. Sérgio Machado – Eminente Senador Elcio Alvares, hoje é uma data importante. O Presidente Fernando Henrique Cardoso e todos nós, que lutamos a favor do Real, temos um grande desafio. O grande desafio que temos é o da inclusão social. O Brasil durante muito tempo trabalhou para uma pequena minoria. De cada 10 brasileiros, 7 foram ex-

cluídos do processo e a primeira medida importante de mudança estrutural, que é pré-condição para todo o salto, para todo o desenvolvimento, é exatamente o controle da inflação. A inflação era o imposto mais perverso que existia neste País, porque tirava dos pobres e concentrava nos ricos; escondia a incompetência dos governos, porque através dela se faziam os ajustes das contas públicas. E sempre a população mais pobre pagando a conta, pagando o ajuste. Hoje, vivemos um momento diferente. É um momento em que precisamos ter coragem de fazer o que é certo e não o que é conveniente. A conveniência levou a um país injusto. Precisamos ter coragem de avançar. E, neste aniversário do Real, temos que refletir e continuar nossa luta – neste Senado e lá na Câmara – para que a possamos votar as reformas necessárias, não reformas meia-sola, mas as reformas necessárias que o Brasil precisa. Tenho plena confiança de que nesta convocação extraordinária, as lideranças que compõem o Congresso vão avançar em busca daquilo que a população quer, deseja e sonha.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, consulto se, ao término do discurso, ainda há tempo para apartes. Praticamente necessito de 2 minutos para concluir o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a não tem mais tempo para ser aparteado, sobretudo por apartes contrários. V. Ex^a prossiga com o seu discurso.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer o seguinte: a população já compreendeu que agora compete mais ao Parlamento do que ao Executivo realizar o esforço final para que o programa de estabilização econômica seja concluído. É nosso dever assegurar a votação, ainda neste período de convocação extraordinária, das propostas de emendas constitucionais relativas às reformas administrativas e da Previdência Social, juntamente com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal.

O equilíbrio fiscal é imprescindível à preservação do Plano Real, no longo prazo; e as reformas constitucionais são imprescindíveis ao equilíbrio fiscal. Tal como se encontram hoje redigidos, alguns dispositivos constitucionais impedem a racionalização da despesa pública, "engessam" o setor público, tiram sua flexibilidade. Só as reformas podem garantir essa flexibilidade. Sem elas, o Governo não pode reduzir sua despesa na proporção necessária. Com a despesa pública elevada, torna-se necessário buscar recursos no mercado financeiro para financiá-la, o que impede a redução das taxas de juros. A redu-

ção das taxas de juros é condição necessária ao pleno desenvolvimento econômico, e este, por seu turno, é condição necessária à superação de nossos graves problemas sociais.

O Brasil inteiro comemora hoje o terceiro aniversário do Plano Real, um programa de estabilização que mudou drasticamente a vida econômica e social do país. Depois de muitos anos de estagnação e até de retrocesso econômico; depois de muitos anos de empobrecimento dos brasileiros; depois do fracasso de inúmeros planos de estabilização, assumiu o Governo uma equipe competente, séria, com visão estratégica e um projeto coerente, viável e conseqüente para o pleno desenvolvimento nacional. Numa radical inversão de rumos, o Plano Real veio trazer grande incremento nos investimentos privados; acentuado crescimento da produção e do consumo; elevação da renda da população assalariada em geral; melhoria das condições de vida dos mais pobres; redução da desigualdade social.

Não se pode dizer que sejam resultados modestos. Muito menos pode-se dizer que sejam afirmativas meramente retóricas, ocas, afastadas da verdade. Ao contrário, são todos fatos economicamente mensuráveis e estatisticamente já comprovados.

É em face dos resultados já obtidos que afirmo ser o Plano Real um patrimônio nacional. Quem é contra o desenvolvimento? Quem é contra o aumento do consumo popular? Quem é contra a redução da desigualdade social? Duvido que alguém se posicione contrário a esses progressos já assegurados pelo Plano Real.

Pois bem, se todos defendemos o crescimento econômico, o aumento do poder aquisitivo dos mais pobres, a justiça social, aí está, em pleno funcionamento, produzindo resultados efetivos, um programa econômico que comprova, na prática, ser apto ao atingimento desses altos objetivos. O Plano Real depende, agora, de nossa ajuda. Aprovar as reformas constitucionais ou colocar em risco o Plano Real!

Que cada um assuma a sua responsabilidade perante o povo brasileiro e os destinos da Pátria!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, por cessão do Senador Josaphat Marinho.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Hoje não há muita questão de ordem, mas V. Ex^a pode falar pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (BLOCO-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sinto constatar que o Líder do Governo foi protegido por observação do Presidente do Senado, no sentido de não dar o aparte a um Senador da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Permita-me, Excelência, não houve isso. O tempo de S. Ex^a estava findo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Claro que foi opção do Senador Elcio Alvares não dar o aparte à Oposição e falar por mais 3 minutos, mas registro que o Presidente do Senado, neste caso, não foi propriamente imparcial.

É um registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Lamento que V. Ex^a tenha feito esse juízo, quando, na realidade, eu teria o maior interesse em ouvir o seu aparte, sempre bem-vindo pelo Plenário e pela Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente e nobres colegas, ontem, mais ou menos neste horário, em Santa Catarina, um paredão estava armado, e na hora de se puxarem os gatilhos para o fuzilamento do Governador e do Vice-Governador do meu Estado, eis que surge o Supremo Tribunal Federal e diz "não".

O País, no dia de ontem, assistiu a dois espetáculos memoráveis: o primeiro foi a devolução pelo Império Britânico da cidade de Hong Kong à China após um século de colonização inglesa; o segundo foi uma autêntica aula de democracia e de Direito emanada pela nossa Corte Suprema, que, por unanimidade, concedeu liminar ao Governador Paulo Afonso e ao Vice-Governador, para, em contraposição aos interesses de seus opositores, permanecerem no cargo até que a Assembléia Legislativa decida pela procedência ou não da denúncia que pedem os seus **impeachments**.

Outro fato marcante é a quase unanimidade da imprensa, que, na sua análise política, constata a tentativa de golpe contra o Governo do meu Estado, quando indagam: "Por que só o Governador de Santa Catarina?" Não bastassem essas manifestações dos articulistas dos principais jornais, vimos também a opinião das mais diversas lideranças partidárias do País, que repudiaram veementemente a orquestração maquiavélica dos partidos de oposição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse episódio, com certeza, já faz parte da História do Brasil, só que de forma positiva, pois vem demonstrar o grau de maturidade política dos nossos dirigentes e da sociedade brasileira, que, no caso espe-

cífico do meu Estado, saiu às ruas para se solidarizar com o Governador e com o nosso Vice-Governador, num ato de total repúdio aos meios empregados para destituí-los. Até os estudantes, o povo em geral e militantes, conscientes da importância do seu papel na consolidação da democracia, foram para as ruas dar o seu apoio ao Governo estadual.

Desejo, nesta oportunidade, solicitar à Mesa que faça constar dos Anais da Casa o artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, da **Folha de S.Paulo**, publicado hoje sob o título "O bode expiatório", que passo a ler:

Terça-feira, 1º de julho de 1997

Folha de S.Paulo

O BODE EXPIATÓRIO

Eliane Cantanhêde

Brasília – O processo de impeachment do governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, é uma aula de política.

A CPI da Assembléia Legislativa ouviu depoimentos, colheu provas e chegou a conclusões com uma eficiência, digamos, exemplar. Nem esperou a CPI do Senado.

Desde então, o que se discute é se o PMDB mantém o governo, o que sobra para o PFL, como será a nova correlação de forças – e de cargos.

Se o sujeito é culpado, e em que grau, parece que pouco importa. O que vale mesmo é sua capacidade de arregimentar, ou não, os votos necessários para se manter no governo.

Por tudo o que Roberto Requião e outros senadores da CPI federal dizem, a origem do esquemão dos precatórios é a Prefeitura de São Paulo, com Paulo Maluf prefeito e Celso Pitta secretário das Finanças.

Foi ali, diz a CPI, que se criou a "tecnologia" do assalto aos cofres públicos com a desculpa esfarrapada de pagar dívidas judiciais. Deu certo e o fio se estendeu para Pernambuco e Alagoas, além de Santa Catarina.

Maluf, Miguel Arraes e Divaldo Suruagy, porém, são diferentes do novato Paulo Afonso: velhos profissionais da política, já foram de tudo um pouco. São "cobras criadas", como se diz.

O governo de Arraes meteu a mão na cumbuca dos precatórios, mas conquistou o

apoio velado do governo federal e ninguém fala em afastá-lo.

Para Suruagy, essa história de precatório é fichinha. O que dizer do desmando, do colapso das contas públicas, do atraso de dez meses no pagamento do funcionalismo, do clima generalizado de impunidade?

Pois bem, Pitta anda meio abalado com o bloqueio de seus bens, mas não se cogita de impeachment. Suruagy reuniu a maioria da Assembléia e, antes de mais nada, garantiu o mandato. Arraes mal aparece no noticiário. Maluf nem foi depor.

Paulo Afonso, enfim, é o bode expiatório. Não que seja santo. Nem que deva ser absolvido.

Mas a pergunta que ele fez, ao vivo e em cores, não me sai da cabeça: "Por que só eu?"

São manifestações como essas já explicitadas que nos fazem continuar a busca incessante da Justiça, da democracia e, fundamentalmente, da independência dos Poderes, pois uma qualidade da Justiça que devemos aos outros é fazê-la imediatamente, sem retardá-la; fazer esperá-la é injustiça. E foi essa soberana decisão do Supremo Tribunal Federal que adiou uma iniciativa da Assembléia Legislativa do meu Estado, que, agora, com um pouco mais de tempo, refletirá sobre a insensatez de seus atos.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, para tecer mais alguns comentários. Do que vivemos nos últimos meses? Do que, principalmente nas últimas semanas, viveu o meu Estado, Santa Catarina? Ontem, como disse logo no início, um paredão estava montado. Os soldados foram chamados e, na hora de o gatilho ser acionado, o Supremo disse: "Chega. Não". O espólio já estava decidido, já estava inventariado em Santa Catarina. Trago isso com sinceridade, dentro da revolta que se viu nos quatro cantos de Santa Catarina, desde a fronteira com a Argentina até a ilha no Atlântico, onde milhares de pessoas se concentraram para questionar por que iriam fuzilar o Governador e o Vice-Governador.

O palco estava montado. Invocou-se, inclusive, um caso ocorrido em Santa Catarina, em que nossa Assembléia Legislativa cassou o Deputado Paulo Street Rigert. Depois tentaram recuperá-lo, mas foi inútil, porque a "pena de morte" havia sido aplicada.

O meu Estado - é bom que se diga - rasgou o Regimento Interno, quando previa a Constituição que a votação, no caso de afastamento, seria por votação secreta. Transformou-se em votação aberta. Em

sendo aberta, o Presidente não vota, apenas em caso de desempate. Alterou-se também o Regimento para que o Presidente passasse a votar naquele instante.

Preparou-se o circo e o local para que o Governador e o Vice-Governador fossem conduzidos como cordeiros para o sacrifício. Dia e hora marcada. A festa estava pronta. Tudo estava inventariado. Os restaurantes, ontem à noite, já estavam reservados, em Florianópolis, para banquetear o espólio, o inventário. Tudo já estava acertado.

Milhares de pessoas que estavam assistindo, indignados, indagaram: "Não é possível isso. Será que não há alguém que trate isso? Será que não há alguém que diga: 'Vamos esperar, vamos aguardar?'"

Sr. Presidente, Trata-se de uma questão nacional. Afinal de contas não foi o início lá em São Paulo, há três, quatro ou cinco anos? Não foi São Paulo que abriu caminhos, que passou pelo Banco Central, passou pelo Senado? Afinal de contas, outros Estados não trilharam esses caminhos também? Será que não foi com o beneplácito, com o referendo do Banco Central; com a análise técnica, com o referendo do Senado da República? Por que só nós temos que ser expurgados? Por que só nós temos que passar pela cadeira elétrica? Era a pergunta que se fazia, ontem, em praça pública.

Por que não se espera ou por que não se aplica, então, sob o mesmo teto pátrio, essa mesma legislação, o princípio isonômico neste País?

Na hora de puxar o gatilho, graças a Deus, chegou a decisão unânime do Supremo dizendo: "Esperem aí, basta, chega! Vamos respeitar os prazos, vamos respeitar a legislação, vamos dar o direito de defesa, vamos dar o direito do contraditório, vamos fazer com que impere o princípio da justiça e da lei". Foi um alívio!

Claro que para alguns, Sr. Presidente, nobres colegas, foi um desgosto. Não sei como ficaram as despesas, não sei se as festas aconteceram. Acredito que não. Sei que os convidados já estavam lá, para a partir de ontem à noite participarem dos festejos, das alegrias, em função do "enterro" do Governador e do vice-Governador. Não sei como ficou isso. Mas claro que houve um respiro, um alívio, porque ainda existe, nesse caso, o Supremo Tribunal, que está acima das questões partidárias, para analisar com equidade, sob o princípio de justiça, uma questão como essa que está posta. Não só em relação ao meu Estado. É bom que se diga que Santa Catarina não quer privilégios, mas também não quer que sob o mesmo princípio federativo venha a ser expurgada, deixada de lado. É este o princípio que

rege o Governo catarinense: nós catarinenses não queremos privilégios, mas também não queremos que seja praticado crime de discriminação no mesmo País.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Josaphat Marinho - Nobre Senador, não devo entrar na análise do problema de Santa Catarina, embora o ouça com toda a atenção. Aproveito apenas a oportunidade do seu discurso para assinalar no plenário do Senado, nesta hora, como tenho feito em diversos outros momentos de discussão sobre a reforma do Poder Judiciário, a importância de se manter a independência desse Poder, sobretudo a do Supremo Tribunal Federal.

O SR. CASILDO MALDANER - É com muita honra, Senador Josaphat Marinho, que acolho as ponderações de V. Ex^a.

É por isso, Sr. Presidente, nobres colegas, que venho a esta tribuna, aliviado, para dizer que prevaleceu o bom senso, que ainda há um Poder, que ainda há a Justiça para dirimir as dúvidas, os conflitos. A justiça chegou na hora certa, na iminência de o crime ser praticado.

Sr. Presidente, nobres colegas, venho também dizer que foi válida a solidariedade que Santa Catarina recebeu das pessoas de bem deste País, de vários lugares do Brasil. Estávamos aguardando por um consenso, por justiça, por um princípio que viesse a impedir que se praticasse algo que, todos sabem, Sr. Presidente, não era uma questão só relativa ao Governador: era uma questão de poder, não era a questão de se ferir ou não o art. 33 das Disposições Transitórias da Constituição de 88. Se fosse sob esse ângulo não estaria sendo envolvido, como um todo, o vice-Governador, que deveria ser afastado ontem, culminando com o afastamento do Governador. Afasta-se o vice-Governador de quê? De nada. Ele é o vice-Governador, mas estaria impedido de voltar ao Governo. Era essa a pena de morte? É isso o que se está praticando? Foi contra isso que houve a indignação catarinense contra aquilo que estava sendo praticado, que iria acontecer.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, podemos dizer que ainda há, neste chão pátrio, um Poder a que se pode recorrer na hora certa; se não fosse isso, teríamos que recorrer aos céus, e não haveria mais jeito, ficaria muito difícil.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER - Com muita honra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Advirto que do tempo de V. Ex^a só restam quatro minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Casildo Maldaner, acredito que a decisão do Supremo Tribunal Federal deve ser analisada junto com a decisão da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal - que ainda não tem uma conclusão - e da Assembléia Legislativa constatarem evidências de problemas sérios, seja na utilização de recursos advindos da emissão de títulos para o pagamentos de precatórios e os demais, no que diz respeito à intermediação, à forma como se deram as operações de compra e venda, instituições que acabaram sendo beneficiadas. Esses são fatos que ambas as CPIs constatarem. Acredito que a decisão do Supremo Tribunal Federal poderá fazer com que o processo de **impeachment**, aprovado por 29 votos a 11 na Assembléia Legislativa, seja efetuado com isenção e imparcialidade. Espera-se que esse júri, formado por cinco Deputados Estaduais e por seis Desembargadores, possa examinar em profundidade os fatos e chegar a uma conclusão que seja a mais imparcial, à luz da legislação e do ato cometido, o qual feriu a lei. Pelo menos, é o que se está prevendo. Senador Casildo Maldaner, eu gostaria de registrar, ainda mais diante dessa decisão, que é importante que o Governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, possa colaborar para que os trabalhos da CPI do Senado sejam concluídos de forma adequada e que, passado esse episódio do dia de ontem, em que as duas decisões foram tomadas, S. Ex^a possa atender ao convite da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que, em princípio, marcou uma reunião para amanhã, à qual esperamos que os três convidados - os Governadores Paulo Afonso e Miguel Arraes e o Prefeito Darci Acorsi - possam comparecer. Para concluir, quero dizer que considero extremamente importante que o ex-Prefeito Paulo Maluf possa atender ao convite da CPI, porque, diante da decisão do juiz de colocar em indisponibilidade os bens do seu ex-Secretário e hoje Prefeito Celso Pitta, é de se esperar que o Sr. Paulo Maluf tome a atitude de aqui comparecer e de, inclusive, fazer a defesa do seu ex-Secretário de Finanças.

Portanto, Senador Casildo Maldaner, gostaria de registrar que espero que todos os convidados compareçam à CPI.

O SR. CASILDO MALDANER - Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a pondera, afirmando que os trabalhos dessa Comissão não estão conclusos.

Houve, na minha opinião, um açodamento na decisão em Santa Catarina. Revelaria bom senso aguardar, no mínimo, a vinda de Prefeitos ou Governadores à CPI dos Precatórios, que, ao concluir seus trabalhos, permitiria que as Assembléias Legislativas ou as Câmaras de Vereadores pudessem tomar decisões. Entretanto, em Santa Catarina, foi totalmente diferente.

É por isso que, também com muita honra, ouço o eminente Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Eu pediria que, após o aparte do Senador Humberto Lucena, V. Ex^a concluísse as suas palavras.

O SR. CASILDO MALDANER - Agradeço as ponderações de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. Humberto Lucena - Quero cumprimentar V. Ex^a em meu nome pessoal e em nome da Bancada do PMDB, uma vez que o nosso Líder, Senador Jader Barbalho, não está presente. Entendo que a decisão do Supremo veio numa boa hora, sobretudo se salientarmos um aspecto fundamental, que foi posto em relevo pelo Senador Eduardo Suplicy: isenção no julgamento de uma matéria tão importante, como a denúncia, por crime de responsabilidade, de Governadores de Estado. Não podemos ficar à mercê, nobre Senador, seja nos Estados e nos Municípios, de maiorias ocasionais. Veja V. Ex^a que o que ocorreu em Santa Catarina, pelo que se sabe, também ocorreu na capital de São Paulo, em Osasco, em Alagoas e em Pernambuco. Contudo, apenas em Santa Catarina fala-se em processo de **impeachment** contra o atual Governador, justamente porque S. Ex^a não contava com os 14 votos necessários para evitar que esse processo fosse autorizado pela Assembléia daquele Estado. Não podemos ficar sujeitos a números. E a decisão do Supremo foi a de buscar, por intermédio do Ministro Jobim, que foi o relator, na legislação em vigor, a figura da corte isenta, composta de Deputados e Desembargadores e presidida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para se fazer, então, o **impeachment**, como já foi autorizado. Por outro lado, gostaria também de dizer a V. Ex^a que isso se explica justamente porque lá, como nos demais Estados, não há bicameralismo, só há Assembléias, e, por isso, a solução foi buscar justamente um Tribunal composto de Deputados e Desembargadores. Esperamos, portanto, nobre Senador, que, com tranquilidade, tudo se desdobre e que afinal se faça justiça ao Governador e ao Vice-Governador de Santa Catarina, para que S. Ex^as possam ter amplo direito de defesa e um julga-

mento absolutamente isento, como assim determinou o Supremo Tribunal Federal.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, para finalizar, recolho as ponderações do Senador Humberto Lucena. É bem verdade, Santa Catarina é o único Estado que está colocando no "paredão" o Governador e o Vice, entretanto, foi o último Estado que lançou os títulos, seguindo os mesmos caminhos de outros Municípios e Estados do Brasil.

Não quero entrar no mérito sobre se esta ou aquela parte é incorreta; sobre se houve ou não o ferimento de um princípio constitucional. Neste momento, não quero discutir. Sei que há foros competentes para esta discussão sem paixões político-partidárias. Essa é a grande verdade.

Por isso, seguindo o princípio da Justiça, sinto-me em paz e, como o povo catarinense na sua grande maioria, realizado pelo que ocorreu ontem.

Desse modo, é com tranquilidade que venho enaltecer a Alta Corte deste País que, nos momentos difíceis, tem dado o seu concurso para que o princípio da Justiça seja aplicado. Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador com Líder, por cinco minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC. Como Líder. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra como Líder partidário para dar conhecimento ao Plenário - uma vez que a nossa CPI, ainda, não tem uma data de funcionamento - de texto de ofício que recebi, ontem, na condição de Presidente do Partido Progressista Brasileiro, do Sr. Ministro das Comunicações. Vou anexá-lo ao meu pronunciamento, extraindo do ofício o seu § 2º:

"No caso da reportagem veiculada na Revista "IstoÉ", edição nº 1.441, sob o título "Eminência Parda", páginas 26 e 28, foi constatada pela Auditoria da Telebrás quebra de sigilo de informações, não autorizada, contendo números de terminais telefônicos" - números de terminais telefônicos do Partido Progressista Brasileiro de Santa Catarina. "Este fato foi reconhecido pela empregada" - segue-se o nome, o qual não direi em público - "que, no seu depoimento declarou ter assim agido atendendo pedido do Diretor de Serviços de Telecomunicações da Telesc, Sr. Francisco Evangelista Vieira - irmão do Sr. Paulo Afonso Vieira -, versão esta por ele negada".

Faço a transcrição nos Anais da Casa porque recebi esta correspondência ontem à noite, como Presidente de Partido.

Ocupo o restante deste tempo não para comentar este assunto, pois o meu partido está solicitando agora sindicância, mas para dizer que esta auditoragem tem que se tornar pública para que essa empregada não seja punida, porque não terá sido ela que levou ao conhecimento da imprensa o extrato da conta de um partido político. Por menos do que isto, o Nixon foi alcançado. E o Nixon foi citado aqui por um ilustre Senador na última sexta-feira para exemplificar o caso de Santa Catarina. Se fosse fazer como em Santa Catarina, seria alcançado o Nixon e o Gerald Ford, que não foi vice do Sr. Richard Nixon. Por sinal, aproveitando a citação, o seu vice - por outra razão - também foi cassado.

Vice pode ser cassado, sim! Era o Sr. Spiro T. Agnew. Vice não é inalcançável. Sob pena de, daqui a pouco, estabelecer-se uma regra de impunidade. Quando um prefeito ou governador quiser fazer alguma travessura - no sentido figurado da palavra -, deixará que o seu vice assine, porque este será inalcançável.

Quero também deixar aqui caracterizado que a Assembléia Legislativa do meu Estado está agindo com exemplaridade, inclusive quanto ao bom exemplo que está sendo dado por aquela Casa. Não vi nenhum Senador considerar que a decisão da Assembléia Legislativa de Alagoas, tomada há quase dois meses, tenha sido extemporânea. Todavia, essa mesma Assembléia sequer aguardou o relatório preliminar. Ninguém disse nada, nem mesmo a CPI tampouco o Senado. Ninguém censurou a Assembléia Legislativa de Alagoas. Será porque já se sabia qual seria o resultado? Será que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina está sendo censurada, porque lá não se sabe qual o resultado?

Finalmente, quero deixar aqui caracterizado que em Santa Catarina aceitaremos sempre bons exemplos. Precisamos deles, tal qual o Brasil. O meu Estado não aceitará a pregação da impunidade ampla, geral e irrestrita, porque alhures não se faz justiça, uma vez que, em algum lugar, as coisas são jogadas para baixo do tapete, não quer dizer que lá deva ocorrer a mesma coisa?

A decisão do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, foi aplaudida por mim. Não vou dizer que o ilustre Ministro Nelson Jobim foi Deputado pelo PMDB; não vou fazer como os representantes do Governador, quando o Tribunal de Contas do Estado rejeitou suas contas, que disseram: aquele foi Deputado pelo PDS; também não vou adotar o entendimento de alguns, quando o Tribunal de Justiça, por unanimidade, aceitou denúncia de corrupção sobre aquela ponte: isso é assunto antigo.

Quando o Tribunal de Justiça acolhe por 8 a 6 ação de anulação da sessão da Assembléia Legislativa, que aprovou essa lei malsinada, dizem que o Tribunal agiu açodadamente. Respeito, como cidadão e Presidente de Partido, a decisão do Supremo e a aplaudo. Por quê? Porque ela teve o condão de, tendo sido tomada pública antes da votação da Assembléia - pois esta ocorreu à tarde -, retirar do ar o argumento do golpe, o único argumento apresentado pelo Governador do Estado, baseado na hipótese de que a decisão da Assembléia objetivava que alguém assumisse o poder.

Mesmo com a decisão do Supremo Tribunal, a Assembléia votou: 29 a 11 foi o resultado da votação, não para assumir, mas para julgar, com o propósito de que uma Corte, com maioria de desembargadores, promovesse a instrução do processo com a finalidade de não se jogar para baixo do tapete essa suspeição. Vinte e nove a 11 no caso do Governador; 28 a 12 no caso do vice-governador, que, desafortunadamente, é autor, pela assinatura em dois documentos de capital importância, do processo de lançamento das Letras e assumiu, por inteiro, na CPI da Assembléia, a autoria, a responsabilidade e a solidariedade quanto a isso.

Finalmente, para que não se pense que o golpe é da Assembléia, quero comunicar ao Plenário que ultimamente tem saído **Diário Oficial** com data atrasada em Santa Catarina. O leilão do Banco Vector foi com data atrasada. Hoje, antes da votação dos decretos legislativos, que se deu à tarde, os Srs. Paulo Sérgio Galotti Prisco Paraíso, Secretário da Fazenda, e João Carlos Hohendorf, Procurador-Geral do Estado, foram exonerados. Exonerados com data atrasada. Está aqui o **Diário Oficial** que faço anexo ao meu pronunciamento! Isso é que é golpe, repito, isso é que é golpe.

O Governador do Estado, safo e faceiro pelo Supremo, exonerou o Secretário da Fazenda e o Procurador-Geral do Estado porque a caravana da impunidade, pelo mau exemplo, conseguiu seguidores em Santa Catarina. Essa é a maior demonstração de que o que o Governo de Santa Catarina quer é a impunidade. Exonerou hoje, com data de ontem, porque julga que com isso a Assembléia não poderá responsabilizar co-autores de um crime que envergonha o meu Estado. E a Assembléia Legislativa tem o direito federativo, com seus Partidos, com suas falhas, com suas imperfeições, de responder à sociedade, para que não continuemos a assistir aqui em Brasília propaganda de supermercado dizendo: "Nossas laranjas são boas; não são laranjas nem de Pernambuco nem de Santa Catarina".

Não vai ser a caravana do mau exemplo, Sr. Presidente - e agradeço pela tolerância de V.Ex^a -, não vai ser a caravana da impunidade que vai nor-tear as ações de um Estado que tem sido exemplo e que, pela ação de seu povo e de suas instituições, merece voltar a sê-lo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. ESPERIDIÃO AMIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

Carta nº 49/MC

Brasília, 30 de junho de 1997

A Sua Excelência o Senhor
Senador Esperidião Amin
Presidente Nacional do
Partido Progressista Brasileiro - PPB

Senhor Senador,

Reporto-me à correspondência de Vossa Excelência do dia 14 de maio de 1997, para informar que por intermédio da Telecomunicações Brasileiras S/A - Telebrás foi efetuada, no âmbito da Telecomunicações de Santa Catarina S/A - Telesc, rigorosa audição sobre os fatos contidos em seu Ofício e outros relacionados às solicitações da CPI/Títulos Públicos do Senado, cujo resumo, apoiado nos elementos levantados junto àquela empresa, a seguir faço destaque.

2. No caso da reportagem veiculada pela Revista **IstoÉ**, edição nº 1441, sob o título "Eminência Parda", páginas 26 e 28, foi constatada pela Auditoria da Telebrás quebra de sigilo de informações, não autorizada, contendo números de terminais telefônicos. Este fato foi reconhecido pela empregada Maria Cristina de Oliveira Freccia Taulios de Mesquita que, no seu depoimento declarou ter assim agido, atendendo pedido do Diretor de Serviços de Telecomunicações da telesc, Sr. Francisco Evangelista Vieira, versão esta por ele negada.

3. Em relação aos procedimentos adotados para atender às solicitações da CPI - Títulos Públicos do Senado Federal ocorreu, no âmbito da Telesc, uma indução à quebra de sigilo, não autorizada que não se concretizou por ter sido detectada e abortada em tempo hábil.

4. Em razão da gravidade dos fatos levantados, a Direção da Telebrás, está tomando medidas junto a Telesc buscando apurar as responsabilidades.

Atenciosamente, - **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

NO LXIV

FLORIANÓPOLIS, (SEGUNDA-FEIRA) 30 DE JUNHO DE 1997

NÚMERO 16.705

SUMÁRIO

- Governo do Estado
- Atos do Poder Legislativo
- Atos do Poder Executivo
- Cabinete do Governador
- Cabinete do Vice-Governador

SECRETARIAS DE ESTADO

- Administração
- Ass. Civil
- Cultura e Comunicação Social
- Desenvolvimento Econômico e Integração
- Desenvolvimento Rural e da Agricultura
- Desenvolvimento Social e da Família
- Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Educação e do Desporto
- Extraordinária para a Implantação do Programa de
- Qualidade e Produtividade no Serviço Público
- Fazenda
- Justiça e Cidadania
- Meio Ambiente
- Relações Exteriores
- Secretaria de Estado da Governança
- Segurança Pública
- Transportes e Obras

- Autarquias Estaduais
- Fundações Estaduais
- Comissões Mistas
- Concursos e Licitações
- Tribunal de Contas
- Resoluções e Autarquias Federais
- Prefeições Municipais
- Câmaras Municipais
- Publicações Diversas

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes

ATO N. 1057 - de 30/06/97
CONCEDER EXONERAÇÃO, nos termos do artigo 159, item I, da Lei n. 8.745/85, a GANDRO CARDO FERNANDES, matrícula n. 278.869-7-01, do cargo de Diretor de Administração de Materiais e Serviços, código 5470, nível AO-D08-1, da Secretaria de Estado da Administração.

ATO N. 1056 - de 30/06/97
CONCEDER EXONERAÇÃO, nos termos do artigo 159, item I, da Lei n. 8.745/85, a EDUARDO GONZAGA DE OLIVEIRA, matrícula n. 198.841-0-01, do cargo em comissão de Gerente de Administração de Materiais, código 5421, nível AO-D08-2, da Diretoria de Administração de Materiais e Serviços, Secretaria de Estado da Administração.

ATO N. 1055 - de 30/06/97
DESIGNAR, de acordo com o artigo 39, da Lei n. 8.745/85, PEDRO MANOEL RAMOS, matrícula n. 150.888-8-01, para responder pelo cargo em comissão de Diretor de Administração de Materiais e Serviços, código 5470, nível AO-D08-1, Secretaria de Estado da Administração, a contar de 01/07/97.

ATO N. 1054 - de 30/06/97
DESIGNAR, de acordo com o artigo 39, da Lei n. 8.745/85, LUCIA MARIA PERARDY, matrícula n. 240.849-0-01, para responder pelo cargo em comissão de Gerente de Administração de Materiais, código 5421, nível AO-D08-2, Secretaria de Estado da Administração, a contar de 01/07/97.

ATO N. 1053 - de 30/06/97
DESIGNAR, de acordo com o artigo 39, da Lei n. 8.745/85, MAURELIO LUZ, matrícula n. 168.720-2-01, para responder pelo cargo em comissão de Gerente de Administração de Serviços e Locação, código 5482, nível AO-D08-2, durante o impedimento do titular PEDRO MANOEL RAMOS, matrícula n. 150.888-8-01, que se encontra respondendo por outro cargo público, a contar de 01/07/97.

ATO N. 1052 - de 30/06/97
CONCEDER EXONERAÇÃO, nos termos do artigo 71, item VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, a JOSE CARLOS VON HONENDORFF, matrícula n. 285.702-7-01, do cargo de Procurador Geral do Estado.

ATO N. 1051 - de 30/07/97
DESIGNAR, de acordo com o art. 71, item VI, da CE, de 05 de outubro de 1988, c/c o artigo 39, da Lei n. 8.745/85, AGSI SUMIFER, matrícula n. 180.848-4-01, para responder pelo cargo de Procurador Geral do Estado, (código 5445).

ATO N. 1050 - de 30/06/97
CONCEDER EXONERAÇÃO, nos termos do artigo 71, item VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, a PAULO SERGIO GALOTTI PRISCO MARISO, matrícula n. 295.878-4-01, do cargo de Secretário de Estado da Fazenda.

ATO N. 1049 - de 30/06/97
DESIGNAR, de acordo com o art. 71, item VI, da CE, de 05 de outubro de 1988, c/c o artigo 39, da Lei n. 8.745/85, RENATO LUIZ MINNING, matrícula n. 184.245-5-01, para responder pelo cargo de Secretário de Estado da Fazenda, (código 6180).

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

SECRETARIAS DE ESTADO

ADMINISTRAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes Portarias:

PORTARIA N. 1795 - de 20/06/97
DISPENSAR DO PONTQ, de acordo com a Decreto 150/81, os servidores públicos estaduais, que comprovadamente participarem do XIV CONGRESSO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA, a ser realizado em São Paulo-SP, no período de 05 a 12 de setembro de 1997.

PORTARIA N. 1837 - de 26/06/97
INCLUIR, na Portaria n. 3523/SEA, de 3/11/83, que alterou o ato aposentatório de vários servidores da SED, a alteração de cargo/nível de provimento efetivo de servidora, MARIA BEATRIZ POHL, matrícula n. 198.951-3-01, que deverá ser, de Professor, MAG-02-E, para Professor, MAG-03-G.

PORTARIA N. 1773 - de 20/06/97
DISPENSAR, a/o de 11.06.97, de acordo com o art. 2, par. 1, e 2, da Lei n. 8.745/85, AMILÉ MARIA DE OLIVEIRA, matrícula n. 140.709-8, de Função Executiva de Contorno de Supervisor, nível AO-PEC-1, lotada na SEA.

PORTARIA N. 1834 - de 26/06/97
INCLUIR, na Portaria n. 3523/SEA, de 3/11/83, que alterou o ato aposentatório de vários servidores da SED, a alteração de cargo/nível de provimento efetivo de servidora MARIA BEATRIZ POHL, matrícula n. 198.951-3-01, que deverá ser, de Professor, MAG-02-E, para Professor, MAG-03-G.

PORTARIA N. 1836 - de 26/06/97
INCLUIR, na Portaria n. 3524/SEA, de 3/11/83, que alterou o ato aposentatório de vários servidores da SED, a alteração de cargo/nível de provimento efetivo de servidora, MARIA BEATRIZ POHL, matrícula n. 198.951-3-01, que deverá ser, de Professor, MAG-02-E, para Professor, MAG-03-G.

PORTARIA N. 1794 - de 20/06/97
CONCEDER LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO (cód. 01), conforme processo n. SEAP-7198/977, nos termos do artigo 117, da Lei n. 8.844/88, a RUTH ANTONIO SIQUEIRA, matrícula n. 158.769-4-01, ocupante do cargo de Professor, código 701, nível MAG-08, lotada na SED, pelo período de 01 (um) ano.

PORTARIA N. 1745 - de 18/06/97
REMOVER A PEDIDO, nos termos do artigo 22, da Lei n. 8.745/85, conforme processo n. SEAP-4845/970, DIVAIR SILVA, matrícula n. 252.474-0-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 780, nível UNA-01, lotado na SED, pelo período de 01 (um) ano.

CUL TERCINHA NOCARA - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, o Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uso a palavra neste momento para agradecer a atenção de V. Ex^a em atender a um pedido do povo da Amazônia, principalmente dos seringueiros daquela terra. Fiz a V. Ex^a esse pedido, e V. Ex^a, junto ao Presidente da República, fez incluir em pauta de sessões extraordinárias o projeto que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural da Amazônia.

Isso é de grande importância, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Muitos seringueiros estavam sendo transferidos para a periferia das cidades por não terem mais condições de trabalhar e de produzir borracha, vez que não conseguiam competir com a produção de borracha da Malásia.

Por isso, em nome dos seringueiros e do povo da Amazônia, uso esta tribuna para agradecer o esforço feito por V. Ex^a

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Abdias Nascimento, que dispõe de cinco minutos improrrogáveis.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho insistido, desde que tomei posse nesta Casa, na questão do combate ao racismo. Tenho apresentado projetos de lei e feito pronunciamentos, talvez até com excessiva insistência, condenando essa verdadeira chaga, esse câncer que corrói a sociedade brasileira.

Ainda agora, houve outra demonstração lamentável de racismo no Brasil. Declarou o Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que "Existem dois pretos que são admirados por todo o Brasil. Um é o Pelé, que é o nosso rei sempre. O outro é o rei asfalto, todo mundo gosta do asfalto. É o preto que todo mundo gosta". Essas declarações foram reproduzidas pela Imprensa de todo o País.

Ora, Sr. Presidente, S. Ex^a não atingiu apenas o Ministro Pelé, mas toda a população de descendência africana neste País, que é, aliás, a que forma a maioria do povo brasileiro.

S. Ex^a pertence ao Governo do Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique, que, ainda há pouco tempo, abrindo um seminário internacional sobre a ação afirmativa em favor da população negra, decla-

rou-se contra o racismo, dizendo mesmo que tinha um pé na cozinha, como uma metáfora da sua ascendência africana.

Sr. Presidente, não se trata apenas de um brasileiro qualquer que manifestou esse racismo, mas de um Ministro de Estado. Não sei como esse Ministro pode pertencer a um governo que combate o racismo e falar contra o povo negro, de ascendência africana.

Queria, desta tribuna, assumir o raciocínio do grupo das mulheres negras de São Paulo, do Instituto da Mulher Negra Geledés. Diz o documento:

"Que comparação possível pode haver entre Pelé, um homem negro, o maior atleta do século, e o asfalto? A cor?

Nem Pelé é preto, nem o asfalto é negro; nem Pelé é coisa, nem asfalto é gente.

O que autoriza alguém a comparar gente a coisa é a desumanização e a coisificação de seres humanos que o racismo e a discriminação produzem. Para o Ministro Eliseu Padilha, Pelé não é comparável a nenhum outro ser de sua raça porque é considerado uma exceção dentro dela, já que é o único admirável. E também não pode ser comparado aos melhores de outras raças porque todos os seus talentos ainda não lhe garantiram o **status** de detentor de plena humanidade.

Por isso ele só seria comparável a um derivado de petróleo, uma das poucas coisas pretas valorizadas no mundo.

Essas são as honras reservadas a um rei negro no Brasil.

Para os demais negros como Jorge Paulo, mendigo, 48 anos, queimado enquanto dormia na Cinelândia, resta o extermínio. Talvez como forma de punição por não ter conseguido ser Pelé, nem asfalto.

Talvez pela expectativa de que, como uma fênix, de suas cinzas misturadas ao asfalto resulte mais um "ser" que possa ser "admirado" pelo Brasil como Pelé...

Talvez renascer com o tipo de "humanidade" pretendida pela professora negra Eliane Alves da Silva, para quem deveriam ter morrido 20 milhões de judeus aos invés de 6, candidatando-se assim a uma vaga de membro honorário do próximo Reich, para desespero dos discípulos de Hitler.

Três dimensões perversas e assustadoras do racismo no Brasil: a coisificação/desumanização, a eliminação física pura e simples ou a opção de tornar-se o outro, o racista opressor.

Esse documento, Sr. Presidente, dá uma demonstração da isenção das organizações negras

que combatem o racismo. Ele não somente combate o racismo do ministro de Estado, mas também combate o racismo de uma mulher negra, professora da Universidade Federal Fluminense, que se manifestou de forma racista numa sala de aula.

Eram essas, Sr. Presidente, minhas considerações de repúdio e de lamentação ao procedimento desse ministro de Estado do Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Abdias Nascimento, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúcio Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência concede a palavra ao Senador Humberto Lucena, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para uma comunicação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há muito tempo o Senado aprovou um projeto de minha autoria estabelecendo que os juros a serem praticados nos financiamentos para a agropecuária do Nordeste, particularmente do semi-árido, seriam de 30 a 50% a menos do que aqueles praticados no resto do País, tendo em vista as dificuldades – que V. Ex^a, como nordestino do Ceará, bem conhece –, do semi-árido em matéria climática. Não podemos comparar uma situação como a do Nordeste, sobretudo a do semi-árido, com a do resto do País. Pagar se lá os mesmos juros que são pagos no Centro-Oeste, no Sudeste, no Sul, é um absurdo.

Por isso, Sr. Presidente, estou nesta tribuna, para apelar à Câmara dos Deputados, no sentido de que dê uma decisão final sobre esse projeto de lei de minha autoria que lá se encontra há tanto tempo e, ao que me parece, sem parecer. E para corroborar o que digo quero ler, a fim de que conste nos Anais, a seguinte carta que recebi de Montes Claros:

"Excelentíssimo Senhor
Dr. Humberto Lucena
Senador

Neste momento que o Conselho Monetário Nacional decide sobre juros para o setor da agropecuária brasileira, em reunião prevista para quinta-feira, 22/05/97, urge repensar as taxas de juros praticadas nos financiamentos para o Nordeste brasileiro. Principalmente nos programas do FNE, Nordeste Competitivo "BNDES" e FAT, com ta-

xas de TJLP + juros (correspondentes hoje a 16% ao ano).

Com a estabilidade da economia, o Índice de Preço Pago ao Consumidor (IPP) subiu cerca de 52% do início do Plano Real até a presente data, sendo que o Índice de Preço Recebido (IPR) sofreu um acréscimo de apenas 20% no mesmo período e o Índice do Produto Animal subiu apenas 4%, acarretando assim a total inviabilidade dos financiamentos de investimento ao produtor rural nestes patamares.

Neste sentido, quem contraiu financiamento nos últimos três anos, com recursos desses programas e com o amparo constitucional para esta região, está com sua Capacidade de Pagamento seriamente comprometida.

Ao reivindicarmos estas taxas diferenciadas para o Nordeste brasileiro, lembramos que programas especiais amparados na Constituição Federal foram criados para beneficiar e desenvolver esta tão sofrida região e não inviabilizá-la. Se as outras regiões do País não suportam estas taxas de juros de 12% ao ano, o que diremos sobre estes valores?

Assim, cientes do seu interesse e sensibilidade para com o Nordeste, vimos solicitar de V. Ex^a o empenho para que se cumpra repactuar estes contratos, adequando-os a taxas viáveis de no máximo 6% a.a. e com o referido efeito retroativo, corrigindo assim as distorções do crédito rural que incidiram nesta região.

Com um cordial abraço,

Fernando Rebello Athayde, Presidente
da Sociedade Rural de Montes Claros-MG."

Essa região de Minas fica encravada no Nordeste Legal da Sudene.

Com estas palavras, Sr. Presidente, quero ilustrar a justificativa do meu projeto e pedir mais uma vez à Câmara dos Deputados que decida sobre ele, sobretudo num momento em que o Senhor Presidente da República voltou suas vistas para a questão do crédito rural e até chegou a concordar, como é público e notório, com a securitização dos débitos agrícolas, particularmente dos médios e dos grandes. Nós nos referimos aos pequenos produtores e às pequenas cooperativas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Lúcio Alcântara, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupa-me a aparente indiferença do Presidente Fernando Henrique Cardoso com respeito às declarações de seus ministros e aos valores que, um após outro, vêm consternando a população brasileira, chocando mesmo. Não há uma reação, à altura, por parte do Presidente da República. Será que Sua Excelência realmente está de acordo com declarações tais como a feita por Iris Rezende, por ocasião de sua posse como Ministro da Justiça, quando expressou que, "às vezes, o crime é inevitável"? Estava em debate a questão do projeto de lei do Deputado Hélio Bicudo, segundo o qual os crimes perpetrados por membros da Polícia Militar, quando no exercício de suas funções, deveriam ser julgados pela Justiça Comum. Daí surgiu aquela frase.

Ora, será que poderíamos considerar que, em algumas ocasiões, o crime realmente é inevitável? Que situações são essas?

A lei não permite que uma pessoa cometa um crime em função de qualquer situação. Vejamos alguns exemplos. Ainda há pouco, o Senador Lúcio Alcântara me dizia que, às vezes, uma pessoa pode, por razão passional, ser levada a cometer algo que normalmente não faria. Digamos que uma pessoa no trânsito, de repente, se veja tão ofendida ou porque foi fechada, ou porque levou uma abalroada ou coisa dessa natureza, e fique tão furiosa com a atitude daquele que o fechou, que cometeu uma infração, que atropelou ou feriu alguém que seja levada a atitudes inesperadas que normalmente não faria. Tal situação, no entanto, não deixa de significar que a pessoa cometeu um crime se, porventura, tirar seu revólver e matar ou ferir alguém. Ainda que se possa compreender as razões, a emoção de uma pessoa, há que se tentar evitar o crime.

Dois bilhões de pessoas no mundo ficaram chocadas ao assistirem à luta entre Mike Tyson e Evander Holyfield nas primeiras horas de domingo passado. É verdade que Evander Holyfield deu uma cabeçada em Mike Tyson no primeiro assalto, ferindo seu supercílio. Mas daí a reação de Mike Tyson, mordendo a orelha de Holyfield e arrancando um pedaço... Ora, vai-se dizer que é um crime inevitável! Não pode. Deixo aqui uma ponderação que – imagino – o Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria estar fazendo com o seu Ministro da Justiça.

O Presidente Bill Clinton reagiu, dizendo que havia ficado "horrorificado", assim como, certamente, todo o povo norte-americano diante da mordida de Mike Tyson na orelha de Holyfield. Trata-se, certamente, de uma ação que representou um momento de desequilíbrio, totalmente inaceitável, sobretudo para um campeão dos maiores que já houve na história do boxe, que, entretanto, ali se descontrolou.

Ainda bem que, ontem, Mike Tyson pediu desculpas a todos que assistiram a sua luta e que esperavam estar presenciando um dos maiores combates da história do pugilismo e que ficaram inteiramente decepcionados com aquela atitude. É até compreensível que tenha, felizmente, tomado a atitude de pedir desculpas ao povo, a todas as pessoas que assistiram à luta, ao próprio Holyfield. Disse ele que irá, inclusive, procurar um médico para verificar que razões o teriam levado a uma ação daquela natureza.

Mas será que a cabeçada de Holyfield justificaria o crime? Aquilo teria sido inevitável? É claro que aquela atitude poderia ter sido evitada, tivesse Mike Tyson um pouco mais de reflexão, tivesse ele se acalmado e procurado revidar a falta grave de Holyfield, a cabeçada não registrada pelo juiz, com a potência de seus golpes extraordinários. É claro que, tendo machucado o olho, ele estava em desvantagem. Mas não se pode justificar a sua atitude. Obviamente, ele merece uma punição. Certamente, a Comissão de Boxe de Nevada vai decidir por uma punição.

Sr. Presidente, outra declaração que causou grande preocupação na opinião pública, ressaltada até pela **Folha de S.Paulo**, foi a do General Ministro-Chefe da Casa Militar, Alberto Mendes Cardoso, que considerou uma sorte muito grande o tiro disparado contra manifestantes em Belo Horizonte, apesar do sacrifício pessoal do Cabo Valério dos Santos Oliveira. O Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, enfrentou uma situação extremamente difícil de revolta justa dos policiais militares, em função da baixa remuneração e do fato de estarem há tanto tempo sem qualquer reajuste.

Mas vejam só o que disse o General Alberto Cardoso diante da pergunta "o que fez com que o movimento recuasse?", feita por Rui Nogueira e William França: "No momento do tiro, parece que houve um choque, e a turba percebeu a gravidade do que estava por vir. E, felizmente, tomou a consciência coletiva de que tinha que suspender suas ações agressivas. Foi uma sorte muito grande. O tiro foi uma fatalidade, mas que impactou a consciência co-

letiva, fez com que ela voltasse à razão. Infelizmente, com o sacrifício daquele cabo."

Ora, como afirmar "que a morte de um Cabo foi uma sorte tão grande, e que o sacrifício dele como que pareceu ter sido necessário", na avaliação do General Alberto Cardoso?

Trata-se da expressão de um valor que nos choca. E seria importante que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomasse uma atitude pública com respeito a tal declaração.

Sr. Presidente, outra declaração que gostaria de aqui ressaltar, também extremamente chocante e hoje já referida pelo Senador Abdias Nascimento, refere-se à declaração do Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha: "No Brasil, existem dois pretos que são admirados por todos: um é o Pelé, que é o nosso rei de sempre, e o outro é o rei asfalto. Todo mundo gosta do asfalto; é o preto que todo mundo gosta."

Bem ressaltou o Senador Abdias Nascimento que não se pode comparar o preto com o negro. É estranho que ele mesmo, dizendo-se descendente de pessoa negra – seu pai tem ascendência negra – use o termo preto para coisa, referindo-se também ao Pelé.

Ora, o Ministro Edson Arantes do Nascimento até quis contornar a situação, como que não se dizendo tão ofendido. Mas eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que foram muitos os negros que vieram falar comigo de sua indignação diante dessa afirmação do Ministro Eliseu Padilha. Tanto no último sábado como no último domingo, no Encontro Municipal do Partido dos Trabalhadores, realizado em São Paulo neste final de semana, houve a decisão, aprovada por 976 delegados, de solicitar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tome as medidas cabíveis diante do fato que representou uma ofensa, um ato de discriminação racial, uma vez que na Constituição brasileira está expresso:

"Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade..."

Está assegurado que ninguém será objeto de qualquer tipo de discriminação racial. Assim, é de se esperar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso diante da observação do Ministro Eliseu Padilha tome providências cabíveis. Estamos aguardando porque, até o presente momento, não houve uma reação à altura por parte do Presidente Fernando

Henrique Cardoso em que pese o protesto realizado pelos brasileiros, sobretudo, pelos negros e por todos aqueles de ascendência negra que têm, entre nós, os brancos, a solidariedade total.

Sr. Presidente, assim, queremos solicitar uma ação concreta do Presidente Fernando Henrique Cardoso diante de declarações que ferem o sentimento de nacionalidade, de solidariedade, de espírito de justiça, de equidade que, esperamos, esta Nação tenha a partir do exemplo que, sobretudo, o Senhor Presidente e seus Ministros tenham a dar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Emandes Amorim, Júlio Campos e Odacir Soares enviaram discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Alcântara) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY – (Bloco/PT-SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas acrescentar que os termos do Inciso XII, do art. 5º dos direitos e Deveres Individuais e coletivos são os seguintes: "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei."

O próprio Senador Abdias Nascimento disse do seu sentimento relativo às declarações do Ministro Eliseu Padilha, o que reforça a necessidade de o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomar a providência cabível a esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Alcântara) – V. Ex^a falou a título de complementar o pronunciamento do Senador Abdias Nascimento?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Emandes Amorim, Júlio Campos e Odacir Soares enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDBCE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reforma agrária é um tema que está na agenda dos grandes assuntos nacionais deste final de século. Dela tratam sem cessar os meios de comunicação, dela tratam fóruns de especialistas pelo Brasil afora, dela tratam os parlamentos e as assembleias, dela tratam entidades de estudantes e sindicalistas, diferentes níveis de governo, dela tratam, enfim, diversas instâncias representativas da sociedade.

Muitos o fazem tomados por um impulso apaixonado que, na maior parte das vezes, acaba por exacerbar os ânimos, situação incapaz de contribuir para se alcançar o consenso amadurecido que aponte com serenidade para os melhores caminhos e para as soluções mais duradouras.

Que a sociedade brasileira discuta e se posicione favoravelmente em relação ao tema é desejável e louvável. Talvez, ao longo de nossa história, nunca tenhamos contado com a adesão tão explícita de parcelas significativas de nossa sociedade em prol da reforma agrária. Prova disso testemunhamos recentemente. A marcha dos sem-terra rumo a Brasília foi apoiada e saudada em todos os lugares por onde passou. Agigantou-se a olhos vistos, nesses últimos anos, a vontade brasileira de ver modificada a estrutura agrária do País e reduzidas as desigualdades no meio rural.

Isso é bom, Senhor Presidente! Fazer a reforma agrária não é tarefa para os governos realizarem sozinhos. A participação da sociedade civil é necessária, fundamental, indispensável! Não é sem razão que o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirma, no documento Reforma Agrária Compromisso de Todos, que ela "só poderá ser resolvida mediante a integração dos esforços das três instâncias de governo e de um compromisso efetivo de toda a sociedade."

É verdade que cabe aos governos a responsabilidade maior de promover as ações necessárias para sua implantação. Mas qualquer iniciativa governamental tem mais possibilidade de obter sucesso se contar com o apoio da sociedade. O Presidente Fernando Henrique Cardoso já demonstrou cabalmente que quer a reforma agrária. E o fez explicitamente no programa de sua campanha à Presidência da República. Lembramo-nos todos de seus compromissos enquanto candidato.

Imbuído do princípio de não vender ilusões, o então candidato Fernando Henrique Cardoso evitou o apelo eleitoral fácil de resolver o problema da injusta concentração de terra no Brasil por meio de farta distribuição de lotes. Distribuir terra aos mais pobres configuraria, segundo a arguta visão do sociólogo, dirigir-se em sentido contrário ao pretendido, ou seja, ao invés de levar justiça social ao campo, estaríamos caminhando para reproduzir a pobreza no meio rural. A posse de um pedaço de terra, por mais produtiva que seja, não garante por si só, como sabemos, nem a produção desejada, nem os efeitos sociais benéficos de uma política igualitária. Ainda mais se considerarmos o cenário mais amplo que cerca a atividade econômica da época atual, que escancara diante de nossos olhos realidades como a globalização de mercados, a sofisticação tecnológica e a alta competitividade.

Dessa maneira, objetivou o governo, além de promover políticas de reforma agrária, privilegiar a

agricultura de base familiar, e formular uma estratégia capaz de gerar mais e melhores empregos na área rural, visando ao aumento do volume de produção, dos níveis de produtividade e do salário real dos trabalhadores.

Por outro lado, não permaneceu esquecida, como se comprova na leitura do documento Reforma Agrária Compromisso de Todos, a necessidade de revisar a legislação sobre desapropriações de terras e do imposto sobre a propriedade, a urbanização da zona rural, a regularização fundiária, a colonização, os programas de assistência técnica e qualificação profissional e os investimentos na melhoria da infra-estrutura.

Como se pode ver, Senhor Presidente, tratou o Governo Fernando Henrique de reformar a reforma agrária. De que modo alcançaria esse intento? Ao invés de reduzir as iniciativas a ações de caráter meramente distributivista, optou inteligentemente por privilegiar um conjunto articulado de políticas públicas capazes de promover a sobrevivência dos assentamentos e garantir sua viabilidade econômica.

É injusta a acusação de que o Governo Fernando Henrique Cardoso tem feito pouco para promover a reforma agrária. Ocorre que a meta de assentar 280 mil famílias em quatro anos de governo é, aos olhos do próprio Executivo, ao mesmo tempo modesta e audaciosa. "É modesta, diante da magnitude do problema fundiário brasileiro, mas é audaciosa, se comparada ao que foi feito ao longo da história do País." Mas o importante é que as metas anuais têm sido cumpridas, e com relativa folga! No biênio 1995/96 a meta era assentar 100 mil famílias. O Governo foi além: distribuiu terra para 104.956 famílias. Foram desapropriados ou adquiridos pelo Governo, nesses dois anos, mais de 3 milhões e 500 mil hectares. É como se o território de um país como a Bélgica, por exemplo, tivesse sido inteiramente desapropriado, recortado e distribuído por milhares de famílias, numa média que chegou a atingir até 5 mil famílias beneficiárias por mês!

Esses números, embora sempre insuficientes diante da contínua demanda do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra MST, torna-se expressivo se visto à luz dos resultados obtidos ao longo da história do País, pois corresponde, em dois anos, a quase metade de tudo o que foi executado nas administrações anteriores, que chegaram a totalizar 218.033 famílias assentadas, excluídos os projetos de colonização.

Passo agora a falar dos programas e ações articulados em diversos ministérios e instituições públicas, no intuito de garantir a sobrevivência e viabilidade econômica dos assentamentos.

O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA é o principal instrumento de financiamento do processo produtivo. Garante recursos subsidiados aos assentados metade dos quais

não terão de ser devolvidos ao governo, para o financiamento do custeio da lavoura, investimentos e pagamento da quota-parte na cooperativa do assentamento. Em 1995, 18 mil famílias se beneficiaram com os recursos do Procerá. No ano seguinte, o volume de financiamento cresceu 144%, e o benefício chegou a 42 mil famílias. Prevê-se um crescimento também para 1997, com verba estimada em 250 milhões de reais, distribuídos por 50 mil famílias. Ou seja, em três anos, vislumbra-se que aproximadamente 110 mil famílias tenham recebido os créditos do Procerá, programa que, criado em 1985, somente em 1993 passou a cumprir suas finalidades.

Para prover apoio técnico às famílias de agricultores assentados, foi criado o Projeto Lumiar, que prevê a formação de equipes locais de assistência técnica e capacitação profissional para orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos. Ainda em fase de implantação, o Projeto Lumiar já envolveu 40 equipes, a maioria trabalhando na região nordestina, estando outras 250 equipes em fase de seleção e treinamento. Com a destinação de mais de 90 milhões de reais no biênio 1996/97, o Projeto já atendeu 150 mil famílias, devendo alcançar 240 mil famílias em 1998.

Atuando na esfera de emancipação dos assentamentos rurais, o Projeto Emancipar visa assegurar a todo cidadão beneficiário do programa de reforma agrária o direito à independência econômica. Essa ação vem corrigir uma situação que o próprio Governo reconhece como inaceitável e injusta, Senhor Presidente, pois os assentamentos não emancipados permanecem sob a tutela do governo federal, o que origina uma forma indesejável de paternalismo, na medida em que privilegia esses agricultores, em detrimento dos demais pequenos proprietários do País e do próprio conjunto da população, inclusive dos segmentos mais pobres e carentes, que é quem acaba arcando, no final das contas, com os custos dessa situação. Os trabalhos do Incra com vistas à emancipação, no ano em curso, estarão concentrados em um grupo de 650 projetos antigos de colonização pública e de reforma agrária, e deverão emancipar mais de 180 mil famílias.

Funcionando nos moldes de uma carta de crédito cooperativo, o Programa Cédula da Terra, negociado com o Banco Mundial BIRD, visa conceder financiamento para a compra de terra, com prazo de pagamento de 20 anos. Seu funcionamento é bastante simples: grupos de agricultores sem-terra identificam a área que desejam comprar e submetem o processo de aquisição à unidade técnica do Estado. Apresentando-se como experiência-piloto de um novo modelo de política fundiária, a Cédula da Terra conta, num primei-

ro momento, com o aporte de 150 milhões de reais, dos quais 45 milhões do Brasil, destinados à compra da terra; 90 milhões de reais do Banco Mundial, para financiamento da infra-estrutura coletiva, produtiva e social; e 15 milhões de reais como contrapartida dos grupos de trabalhadores interessados.

Não fora a limitação de tempo, poderia eu me alongar por muitas mais páginas para comprovar minha convicção de que o Governo Fernando Henrique Cardoso não tem se descuidado de criar as condições favoráveis para promover a reforma agrária no Brasil. É meta de seu governo, e o Presidente a está fazendo! Poderia mencionar muitos outros programas, como o Projeto Casulo, que virá descentralizar e acelerar a execução dos projetos de reforma agrária. Poderia falar ainda dos projetos de governo direcionados aos pequenos agricultores familiares e às cooperativas e associações de produção, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, que beneficiou, em 1995 e 1996, mais de 350 mil famílias, com financiamentos a juros favorecidos para custeio da lavoura e da pecuária e para investimentos, como compra de máquinas, equipamentos agrícolas, bens de produção e outros itens de infra-estrutura indispensáveis ao empreendimento.

Poderia falar também do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural – PROGER RURAL, que destina recursos para a agroindústria, visando aumentar a produção, melhorar a produtividade, criar mais postos de trabalho e fixar o homem no campo. No biênio 1995/96, foram aplicados mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais nas mais de 180 operações cobertas por esse Programa.

Há muito mais realizações do Governo Federal na área da reforma agrária para se falar, Senhor Presidente. Mas há um cenário onde ocorreram mudanças as quais não posso me furtar de mencionar, ainda que brevemente, para não abusar da paciência com que os colegas ouvem minha elocução. Trata-se do complexo cenário da legislação agrária brasileira, no qual se verificaram mudanças necessárias, significativas, vindas bem-vindas, melhor dizendo para favorecer os mais fracos e mais desprotegidos.

Podemos dizer que se operou um verdadeiro saneamento no Imposto Territorial Urbano ITR, transformado, com o passar do tempo, num poderoso instrumento de injustiça fiscal no campo, pago pelos pequenos proprietários que sempre pagam, como sabemos, porque a inadimplência se concentra do outro lado, do lado dos grandes em proporções injustas se compararmos com o que pagavam os detentores dos grandes imóveis rurais. Pois bem,

Senhor Presidente, no final do ano passado foram aprovadas, com o apoio maciço do Congresso Nacional, alterações substanciais na sistemática de cálculo do ITR, que vieram não só corrigir uma situação injusta, como também pôr fim à compra de terras para fins especulativos ou de reserva de valor.

Também na mesma época o Governo apresentou e conseguiu aprovar proposta de alteração na Lei Complementar 76/93, conhecida como lei do rito sumário, que trata do processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. A nova lei contribui para eliminar sérios conflitos fundiários brasileiros, que se instalavam exatamente no período entre a desapropriação do imóvel e a imissão de posse, ocasião em que famílias de sem-terra, revoltadas com a demora do processo de desapropriação, acampavam nas proximidades das terras em litígio, situação que fomentava choques e conflitos com os fazendeiros e seus empregados. A contestação judicial apresentada pelos proprietários de área desapropriada agora não mais impede a imissão de posse da terra para o governo.

Ainda na seara legislativa, foram consolidadas normas relacionadas às armas de fogo, que dificultam e restringem o registro e o porte. As novas medidas concedem o necessário amparo legal para o Governo desencadear uma ampla operação de desarmamento em massa no campo, que, com certeza, contribuirá para eliminar, senão diminuir, as mortes ocorridas em conflitos agrários.

Já vou me aproximando do final deste pronunciamento, Senhor Presidente. Quero, antes de encerrar, contudo, num último esforço de atenção dos colegas que me ouvem, enfatizar que a reforma agrária não se impõe por razões ideológicas e econômicas. Como afirma o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no documento Reforma Agrária Compromisso de Todos, a questão agrária é "sobretudo social e moral". O conjunto de benefícios que ela pode trazer como parte de uma estratégia global de desenvolvimento socioeconômico que visa ao fortalecimento da pequena propriedade e da agricultura familiar, a geração de mais e melhores postos de trabalho, o crescimento da renda no campo, a redução do êxodo rural, esse conjunto de benefícios é que deve ser o norteamento de toda e qualquer política governamental e de toda e qualquer iniciativa da sociedade civil em prol da reforma agrária.

O Governo está fazendo sua parte, como demonstram os resultados que acabo de expor. Cabe a cada um de nós somar nossos esforços ao bom direcionamento que vêm alcançando as políticas públicas em execução. A sociedade está manifestando inequivocamente o desejo de ver resolvidos os problemas do setor agrário. O momento, portanto, Senhor Presidente, é altamente propício para que es-

truturas e relações iníquas, herdadas dos tempos coloniais, sejam corrigidas com vontade firme, atitudes fortes e conduta pautada pelo respeito às leis.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ciente de que a reforma partidária encaminha para o fortalecimento dos partidos políticos, tenho dedicado atenção especial à consolidação do PPB em Rondônia.

O partido encontra-se sob minha direção no Estado, e em cumprimento à programação de suas atividades, no último fim de semana reuni correligionários e dirigentes do centro-sul de Rondônia, na cidade de Pimenta Bueno.

O encontro foi coroado de êxito.

Conforme esperado, pude constatar que o grande anseio da população de Rondônia é a moralidade na administração pública, fundamental para a restauração do processo de desenvolvimento registrado na década de 70, com a expansão da fronteira agrícola nacional naquela região, que ainda hoje é objetivo da população.

Mas na reunião, ouvindo os companheiros, pude constatar também que entre os diferentes problemas que afetam a população sobressai a inércia da Companhia de Eletricidade de Rondônia – CERON, desde sua integração no programa de gestão compartilhada, dirigido pela Eletrobrás e Bndes.

Ocorre, Sr. Presidente, que, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal e Financeiro, o Governo Federal exigiu que os Estados e Municípios se submetessem ao Programa Nacional de Desestatização para obterem financiamento da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, usados na quitação de operações de antecipação de receita orçamentária contraídas com a rede privada em juros extorsivos, após o advento do Plano Real, que exauriu as receitas inflacionárias, contingenciou os orçamentos, e desviou recursos através do fundo de estabilização.

Neste Programa de Desestatização, desde dezembro de 1996 a Companhia de Eletricidade de Rondônia passou a ser administrada sob comando da Eletrobrás, que adquiriu do Governo do Estado de Rondônia 48,70% de suas ações.

Os novos administradores encontraram a empresa inadimplente, com um ativo de 91 milhões e um passivo de 410 milhões.

Por outro lado, praticamente a totalidade dos contratos existentes foram imputados irregulares.

Esta situação, é certo, demanda apuração das responsabilidades.

Mas a apuração destas responsabilidades e o saneamento e estruturação da empresa para privatização, não significam que se deva paralisar os investimentos. Que se deva para o atendimento da de-

manda de reformas das redes existentes, e instalação de novas redes, ou unidades de produção de energia elétrica.

Ao contrário, o que se espera é que a presença do Governo Federal na administração da CERON possibilite o imediato atendimento de demandas reprimidas no setor elétrico do Estado, até mesmo porque após a privatização, estas demandas, em pequenas localidades, dificilmente serão atendidas em ponderações comerciais normais.

Mas ao invés dos investimentos para dotar as pequenas localidades e bairros periféricos de energia, ou reformar as comprometidas redes de distribuição, o que se observe nesta gestão do governo federal sobre a Companhia de Eletricidade de Rondônia é a tentativa de sua manipulação para captação de recursos aos cofres do Estado, cujo Governo é useiro no desvio do dinheiro público, como notório.

A Eletrobrás avalizou um empréstimo do BNDES ao Estado, caucionado com o remanecente das ações de sua propriedade na Companhia de Eletricidade, no próprio dia em que 48,70% das ações da CERON lhe foram vendidas, em dezembro do ano passado, quando foi firmado opção de compra do remanecente das ações em prazo de 160 dias, com condições de pagamento de débitos do Estado com a CERON.

O aval deste empréstimo foi formalizado por ofício do Presidente da Eletrobrás ao Presidente do BNDES, firmando que a Empresa se comprometia a adquirir as ações caucionadas, no prazo de 24 meses, pelo valor do empréstimo. As mesmas ações que a Empresa se comprometeu a comprar do Estado, em 160 dias, conforme avaliado por consultoria a ser contratada, e mediante o pagamento dos débitos do Estado com a Companhia.

Agora, não se sabe de onde surgiu a idéia, se está propondo que a CERON emita debêntures para serem adquiridos pelo BNDES, sob garantia da ELETROBRÁS, e os recursos sejam utilizados para pagamento de ICMS em valor que não considera prescrição, nem alto declaração, sem encontro de contas sem a subtração da dívida do Estado com a CERON.

Em suma, o plano é transferir dinheiro do BNDES para a dilapidação por parte do Governo do Estado, ficando a dívida por conta da ELETROBRÁS, e o Programa Nacional de Desestatização, na operação de saneamento para privatização da empresa estadual.

O que chama a atenção, Senhor Presidente, é que se alega que a Eletrobrás não pretende cumprir o compromisso de comprar o remanecente das ações do Estado, no prazo contratual, o que obriga ao encontro de contas entre a Companhia de Eletricidade e o Estado, porque o Presidente da República teria reservas à passagem do controle acionário da Empresa Es-

tadual para a Empresa Federal, quando seu programa de Governo preconiza a desestatização.

Mas a alternativa apresentada para atender ao pensamento de não transferir o controle acionário, é uma alternativa que promove prejuízo à Eletrobrás, sobre a qual algum acionista minoritário pode reclamar em juízo, e viabiliza dinheiro nas mãos de um Governo que sabidamente é useiro e vezeiro em desviar dinheiro público.

Ao que parece o expediente estaria também sendo usado em outras Empresas Públicas. Tanto que o Ministro das Minas e Energia teria alertado ao Presidente da Eletrobrás para não permitir a utilização destas empresas em operações de quitação de créditos dos Governos Estaduais com as companhias submetidas ao programa de gestão compartilhada, sem que os Governos Estaduais, concomitantemente, quitem seus débitos com estas companhias.

Mas isto não basta.

É preciso que o Governo Federal promova a imediata adimplência destas Companhias, e os investimentos necessários ao atendimento das demandas das regiões periféricas, antes da privatização.

Neste sentido, atendendo o pleito dos companheiros do PPB do sul do Estado, também encaminhado por deputado estadual do PT daquela região, solicitei ao Presidente da Eletrobrás que promova o atendimento de demandas registradas, já objeto de projetos aprovados na CERON, e promova também a adimplência da Companhia, para que suas operações de investimento voltem a normalidade.

Muito Obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL - MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, continua, lamentavelmente, nossa sociedade a não dar a devida acolhida aos cidadãos portadores de deficiência. Há anos vêm lutando as famílias, as organizações sociais, os próprios legisladores para obter a proteção, a promoção e o reconhecimento efetivo de plena cidadania que estão a merecer os portadores de deficiência. Essa luta vem dando alguns resultados, é verdade, mas ainda estamos longe de uma situação satisfatória, de integração do deficiente na vida social, na vida do trabalho.

É enorme o sofrimento a que ainda estão sujeitos, desnecessariamente, os portadores de deficiência e suas famílias, sofrimento agravado quando se somam deficiência e pobreza. E pobreza é a condição que prevalece na grande maioria das famílias em nosso País. Sofrimento pela falta dos meios mais elementares para aliviar e auxiliar o portador de deficiência. Sofrimento pela dificuldade de acesso à educação. So-

frimento pela falta de acesso a uma reabilitação apropriada. Sofrimento pela discriminação sofrida no mercado de trabalho e nos espaços públicos.

Carências e sofrimentos que se estendem às numerosas categorias e subcategorias de deficiências: as deficiências sensoriais, as deficiências motoras, as deficiências mentais. Cada tipo, espécie e caso, merecedores de abordagem e cuidado específicos. Deficiências que podem ocorrer por circunstâncias as mais variadas: deficiências de nascença, as que resultam de doenças, as devidas a todo tipo de acidente, as das vítimas da violência.

Onde o Brasil tem, sim, progredido, na questão da promoção e integração do portador de deficiência, é na proliferação, muito positiva, de associações as mais diversas que militam no apoio aos deficientes. Essas organizações são essenciais para que avancemos nessa questão, assim como são indispensáveis a ação articulada das três esferas de governo e a receptividade da sociedade, principalmente das empresas. Na base de tudo, há que se dispor de legislação adequada que dê cobertura às ações, às reivindicações, aos direitos.

Pois em matéria de legislação pode-se afirmar que já estamos bem servidos. Já é extensa a legislação brasileira protetora dos direitos dos portadores de deficiência. A começar por nossa Constituição, que estabeleceu alguns importantes preceitos sobre o tema. Além da legislação federal, Estados, e muitos Municípios, têm criado normas legais de apoio aos deficientes. Setorialmente, têm sido atendidas suas necessidades, no nível legal, quanto a saúde, trabalho, educação, assistência social, previdência.

Anteriormente à Constituição de 1988, são cerca de cento e vinte, entre leis, decretos e portarias, os diplomas legais federais que fazem referência aos interesses dos portadores de deficiência. Desde 1988, eles já são cinquenta!

A própria Constituição Federal foi cuidadosa e criteriosa no estabelecimento de preceitos a favor dos deficientes. O artigo 7º, inciso XXXI, proíbe qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. Os artigos 23 e 24 estendem aos Estados e Municípios, adicionalmente à União, a competência em relação à proteção e integração social da pessoa portadora de deficiência. O artigo 37, inciso VIII, reserva, na administração pública, um percentual de empregos para os deficientes.

O artigo 203, no inciso IV, define como objetivos da assistência social a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção

de sua integração à vida comunitária. Em seu inciso V, o mesmo artigo acrescenta a esses objetivos o de garantir um salário mínimo mensal ao deficiente que não possuir meios de prover à própria manutenção.

O artigo 208, inciso IV, garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. O artigo 227, relativo à criança e ao adolescente, preceitua, no seu primeiro parágrafo, inciso II, o treinamento para o trabalho e para a convivência, em abordagem especializada, do portador de deficiência física, sensorial ou mental. E o artigo 244 preceitua, adicionalmente ao parágrafo segundo do artigo 227, a adaptação dos edifícios e logradouros públicos, bem como dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Quanto à legislação corrente, já se viu que é abundante. A Lei nº 8.742, de 1993, dá seqüência ao preceito constitucional citado, do inciso V do artigo 203, e dispõe sobre a concessão de benefício de prestação continuada aos portadores de deficiência. O Decreto nº 1.744, de 1995, regulamentou essa lei.

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabeleceu as linhas mestras da política de integração e promoção do deficiente e criou a CORDE – Coordenação Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão da Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça. A mesma lei instituiu a tutela jurisdicional dos interesses coletivos e difusos do deficiente e disciplinou a atuação do Ministério Público na matéria. O Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993, instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

À Corde cabe avaliar e estimular os programas dos diversos setores da administração federal, e de outras esferas de governo, bem como das entidades privadas, no tocante aos portadores de deficiência.

Leis importantes que afetam o deficiente são, por exemplo, a Lei dos Planos e Benefícios da Previdência Social, a Lei Orgânica de Assistência Social, a Lei Orgânica da Seguridade Social, todas dos anos noventa.

Um ato legal que pode ter grande repercussão para o deficiente é a Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, que trata de normas para licitação e contratos na Administração Pública. Seu art. 24, que trata de dispensas de licitação, inclui em seu inciso XX, como caso de dispensa, a "contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o

praticado no mercado". Esse dispositivo legal tem excelente potencial para promover a integração do deficiente à vida social e do trabalho, mas ainda não é usado na extensão que merece.

No geral, o que está ocorrendo entre nós é que, após uma fase de grande criatividade na inovação legislativa e no florescimento de organizações não-governamentais, falta multiplicar os programas práticos e efetivos de promoção e integração do deficiente. Falta uma articulação, que conduza a resultados concretos, entre poder público, entidades não-governamentais e sociedade civil. As empresas ainda ignoram, em sua maioria, o quanto podem fazer pelos deficientes e o quanto os deficientes podem fazer por elas.

Sobretudo, ainda é forte entre nós a discriminação contra o portador de deficiência. A questão do deficiente deve ser vista como uma grande questão social. Trata-se de lutar em prol de algo mais do que a educação especial, a reabilitação física e profissional, a inserção no mercado de trabalho. É preciso superar atitudes de discriminação e de preconceito. Trata-se, verdadeiramente, de uma questão de cidadania, cidadania da qual se acham excluídos milhões de deficientes brasileiros. Mais ainda do que as dezenas de milhões de brasileiros pobres, os "menos cidadãos", que são excluídos de muitos dos atributos que caracterizam a cidadania, os portadores de deficiência também o são. Sim, os portadores de deficiência também são tratados como não-cidadãos, de maneira ainda mais exacerbada. No entanto, respeitadas as suas diferenças, esses cidadãos especiais têm direitos, como o direito à igualdade.

É preciso vencer a barreira do preconceito e do desconhecimento. O desafio é a integração do deficiente à vida do dia-a-dia, ao mundo do trabalho, ao mundo social. Não se deve pleitear o assistencialismo ou o paternalismo, num regime de segregação. Ao contrário: é preciso afirmar na prática, por meio da integração, a completa cidadania dos diferentes. Para isso, é preciso conscientizar o Poder Público e a sociedade. O instrumento para tanto é a informação: em grandes doses; esclarecedora; insistente; permanente; continuada.

Senhor Presidente, é preciso mobilizar em campanhas ininterruptas os modernos meios de comunicação, os formadores de opinião. Com seu engajamento, poderemos alçar-nos a um novo patamar de conscientização social sobre essa grave lacuna em nossa cidadania democrática e promover uma sociedade mais justa, menos sofridora.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tenho manifestado em algum de meus pronunciamentos anteriores, o prazer que experimento sempre que posso comparecer a esta Tribuna, para registrar uma boa notícia envolvendo algum órgão público.

Essa satisfação torna-se ainda maior, quando, ao lado do registro da boa nova, é possível acrescentar um elogio ao órgão, cujo bom desempenho gerou o auspicioso evento.

Essas considerações eu as faço, senhor Presidente, após ter lido em **O Globo** de 9 do corrente a grata notícia de que a Polícia Federal teria desarticulado uma quadrilha internacional de traficantes de coca na selva amazônica.

Segundo **O Globo**, tal quadrilha que utilizava pistas de pouso clandestinos na selva brasileira para transportar 200 toneladas por ano de pasta-base de cocaína entre Paru e Colômbia, era integrada por peruanos, colombianos e brasileiros, sob a chefia do traficante peruano, Rolando Saavedra Shapiana.

Este era o intermediário da venda da pasta base produzida no Peru, para os traficantes, donos de laboratórios de refino estabelecidos na Colômbia.

Pela mesma fonte tornou-se público, também, que dos 26 traficantes até aqui identificados, quinze já foram presos, e sete foram condenados, em tempo recorde, pela Justiça Federal em Manaus.

Soube-se, por outro lado que 50 pistas clandestinas foram identificadas, das quais 15 já foram dinamitadas, e que dezenove aviões de pequeno porte, utilizados no transporte da pasta-base, foram apreendidos, sem falar em sete outros já identificados que estariam sendo procurados no Brasil e nos países vizinhos.

Paralelamente, profalou-se que, dos quinze brasileiros identificados como comparsas da referida quadrilha, 13 são pilotos pagos para transportar a droga pelo espaço brasileiro, ludibriando, dessa forma, os radares americanos, instalados na Colômbia.

A mesma fonte informativa dá-nos a conhecer a estimativa do Superintendente da PF em Manaus, de que o número de integrantes da quadrilha desmantelada seria de 60 pessoas e de que seria de R\$300 milhões, o volume dos negócios movimentados anualmente com o tráfico da pasta-base.

Muito importante, por fim, é a informação veiculada na reportagem de **O Globo** pelo Diretor-geral da P.F, Sr. Vicente Chelotti, de que esses apreciáveis resultados obtidos pelo combate ao tráfico de drogas, constituem os primeiros frutos da Operação Porteira Fechada Norte, deflagrada em ação conjunta pela Polícia Federal, Forças Armadas e Receita Federal.

Planejada sigilosamente na Comissão de Segurança Nacional, a Operação Porteira Fechada, envolve o fechamento das vias fluviais da Amazônia, por onde também costuma ser escoada a droga dos traficantes colombianos, e a utilização de um sistema de controle do abastecimento dos aviões que sobrevoam a floresta.

A operação compreende dois projetos:

O Projeto Fechamento e o Projeto Bloqueio.

No primeiro, foram montados cinco bases de fiscalização, em Vilhena, RO; em Guajará-Mirim, RO; em Pacaraima, AM, em Óbidos, PA e em Tabatinga AM, sendo fluviais as duas últimas.

No segundo, foram instalados oito bases de monitoramento nos rios Madeira, Tefé, Negro, Purus e Juruá, assim como em Manaus, Boa Vista e Tabatinga.

Graças a essas oportunas providências, pode-se dizer, Sr. Presidente, que a Amazônia já não se encontra mais despoliciada.

Como representante, nesta Casa, de um dos Estados inseridos na região, não escondo, Sr. Presidente, a importância que atribuo aos primeiros resultados obtidos pelas autoridades brasileiras, nessas operações articuladas para coibir e dismantelar o tráfico de drogas. Tal satisfação repousa sobretudo, nos seguintes aspectos que cumpre destacar na citada operação:

- ela resultou de uma ação muito bem planejada, integrando esforços e recursos de diversos setores governamentais, inclusive o das Forças Armadas, o que muito concorreu para emprestar-lhe a consistência e o apoio indispensáveis para que obtivesse o êxito que vem obtendo;

- ela resgata os brasileiros do temor de verem a Amazônia consolidar-se como rota do tráfico internacional de drogas;

- ela revigora a confiança dos brasileiros na capacidade das autoridades brasileiras, em especial da aquelas ligadas aos setores responsáveis por sua segurança interna, de enfrentarem com êxito e autonomia os problemas que passam afetar nossa segurança, tomando dispensável, a oferta não cogitada e um tanto constrangedora, feita por órgãos de defesa do governo americano, de envio de contingentes militares daquele país, com a obsequiosa finalidade de reforçar a vigilância antitráfico em nossas fronteiras amazônicas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, estão a merecer nossos aplausos, a Polícia Federal, o Ibama, a Receita Federal, o Exército, Marinha e Aeronáutica, cuja ação articulada e cooperativa veio comprovar nossa capacidade de autodeterminação, em matéria de combate a essa terrível praga contemporânea, que tanto prospera com a produção quanto com o consumo de drogas.

É o que penso, Sr. Presidente.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência designa para a sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 81, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 81, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 334, de 1997, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 82, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 82, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 335, de 1997, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

AVISOS, NOTAS E INFORMAÇÕES

I - Proposições que deverão constar da Ordem do Dia dos três dias úteis subsequentes

(Art. 170, § 2º, c, do Regimento Interno)

Dia 3-7-97, quinta-feira, às 14h30min: Agenda em aberto

Dia 4-7-97, sexta-feira, às 9 horas: Sessão não deliberativa

Dia 7-7-97, segunda-feira, às 14h 30min: Sessão não deliberativa

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h36min.)

(OS Nº 14027/97)

**ATA DA 91ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO
DE 1997**

(Publicada no DSF, de 28 de junho de 1997)

RETIFICAÇÃO

À página nº 12621, 2ª coluna, no Ofício GSLCAM nº 115/97, do Senador Lauro Campos, solicitando o registro de seu comparecimento na sessão deliberativa ordinária de 26 de junho de 1997, que por lapso, foi omitido, exclua-se as seguintes assinaturas, por publicação indevida:

José Serra - Valmir Campelo - Jefferson Péres - Jonas Pinheiro -
Fernando Bezerra - José Fogaça - Hugo Napoleão - Pedro Simon - Bello
Parga - Beni Veras - Eduardo Suplicy - Francelino Pereira - Ramez Tebet -
José Eduardo Dutra - Osmar Dias - Elcio Alvares - Esperidião Amin - Levy
Dias.

.....

**ATA DA 92ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO
DE 1997**

(Publicada no DSF, de 1º de julho de 1997)

RETIFICAÇÃO

À página nº 12755, 1ª coluna, na numeração de origem da Mensagem nº 117, de
1997,

Onde se lê:

MENSAGEM Nº 117, DE 1997 (Nº 732/95, na origem)

Leia -se:

MENSAGEM Nº 117, DE 1997 (Nº 732/97, na origem)

.....

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

**01/07/97
Terça-feira**

- 10:00 - Sessão Solene Conjunta de instalação dos Trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura**
- 11:00 - "Real: conquistas, desafios e perspectivas": Evento promovido pela Ação Empresarial**
Auditório da CNI- Edifício Roberto Simonsen
- 15:30 - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal**

ATOS DO DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.640, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 4755, e JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 4741, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 101/97, celebrado entre o Senado Federal e XEROX DO BRASIL LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.641, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

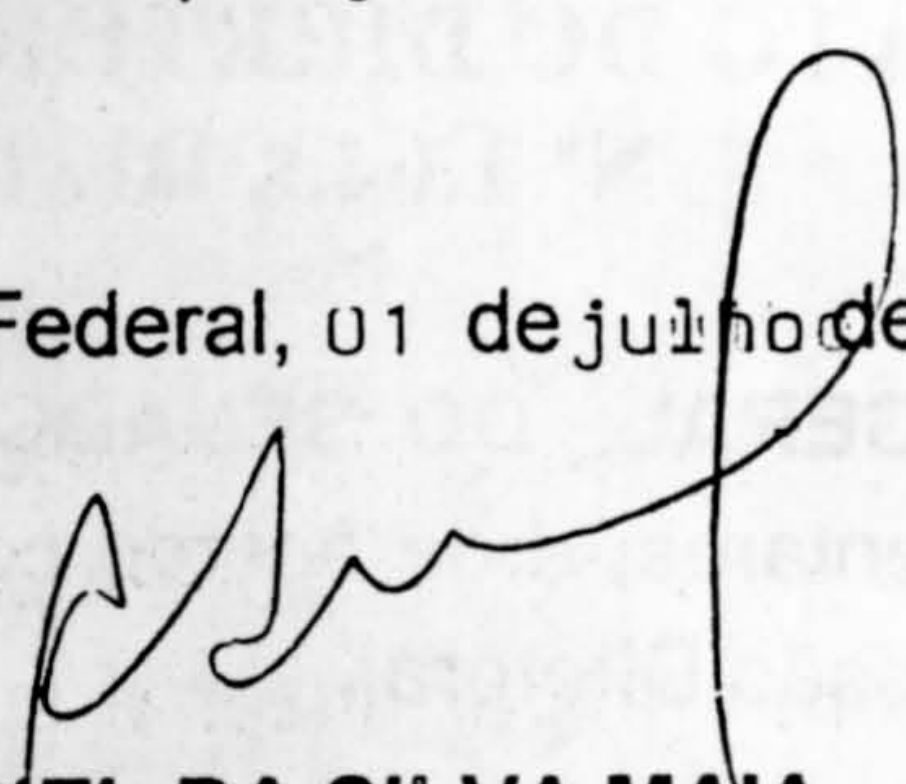
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOSÉ RAIMUNDO NETO, matrícula nº 3771, e JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 4741, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 098/97, celebrado entre o Senado Federal e DIGIPRINTER EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.642, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

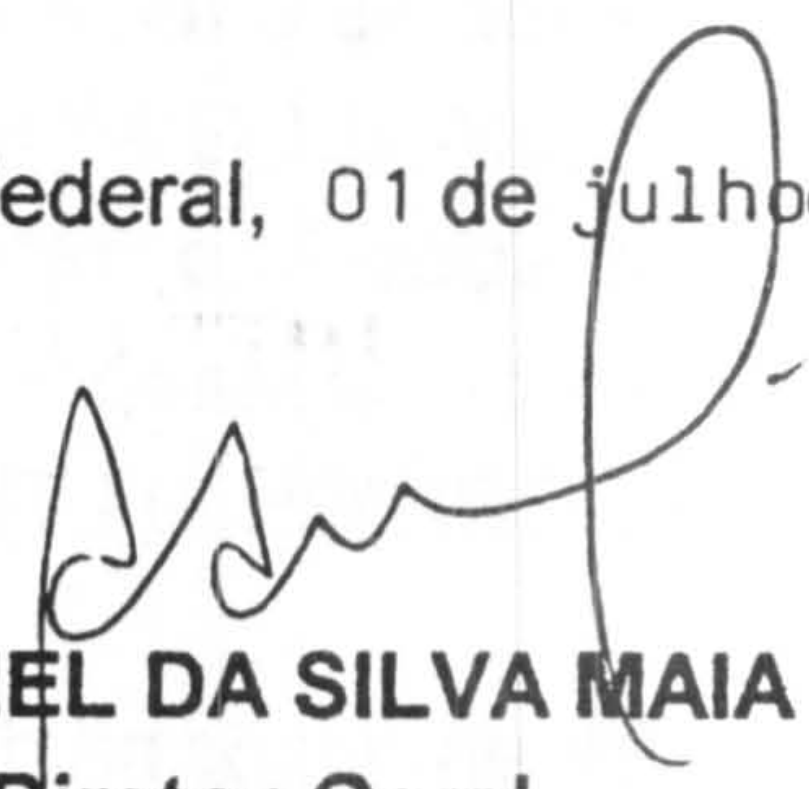
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIA DE ALBUQUERQUE CARVALHO, matrícula nº 2913, e JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 4741, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 099/97, celebrado entre o Senado Federal e KODAK BRASILEIRA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.643, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

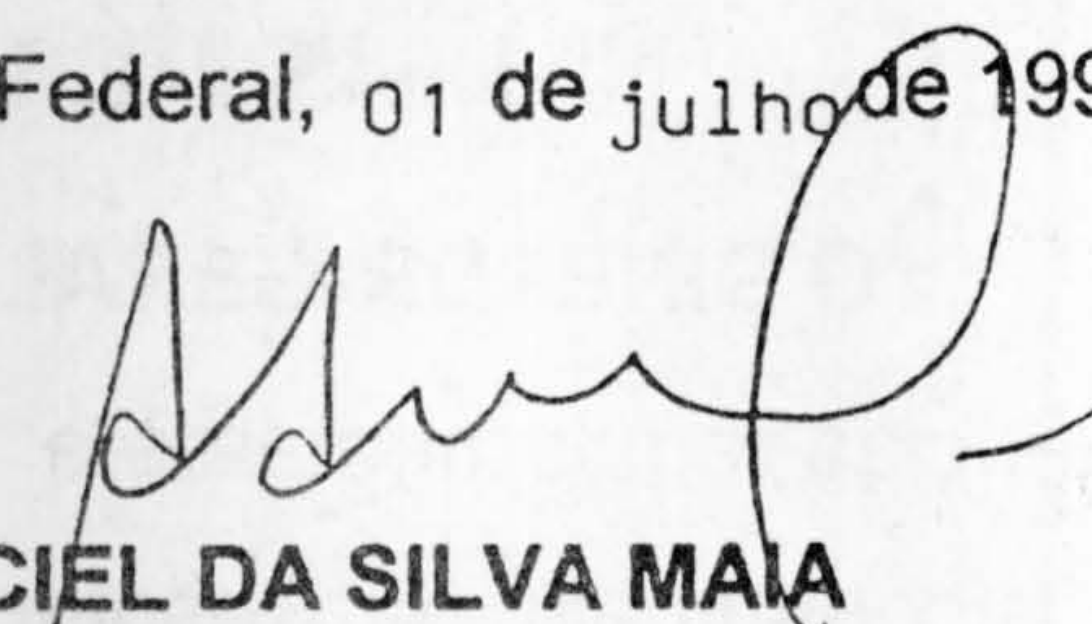
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA DE FÁTIMA PEREIRA JAEGER, matrícula nº 3035, e MARIA CRISTINA MAIA PEREIRA MENDES, matrícula nº 5374, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 097/97, celebrado entre o Senado Federal e LIVRARIA DO ADVOGADO DE BRASÍLIA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.644, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 9/97, e tendo em vista a previsão contida no Ato nº 758/97 da Diretoria-Geral, resolve:

Designar o servidor José Adolfo Silva Sousa, matrícula 1.041/SEEP, como membro da Comissão reconduzida através daquele Ato, em substituição à servidora Giselle Cláudio Santos, matrícula nº 1.408/SEEP.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 6 de junho de 1997.

Senado Federal, 01 de julho de 1997.



Agaciel da Silva Maia


Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.645, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar LUIZ CARLOS FERREIRA, matrícula **1481-SEEP**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno** de trabalho, a partir de **18/06/97**.

Brasília, 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.646, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997,

R E S O L V E :

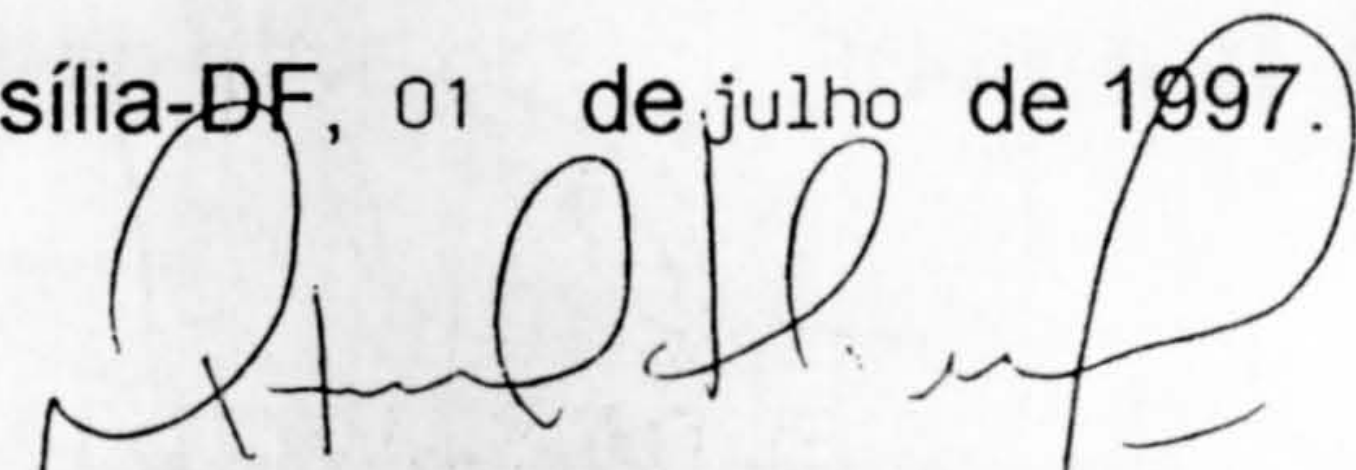
Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

SITRAN - EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA.
Contrato para prestação de serviços de apoio técnico e operacional, na área de transportes, conforme Contrato nº 0096/97 - (Processo nº 0873/97-7) - **Titular: ANDRÉ LUIZ RODRIGUES SANTANA**, matrícula 1912; **Substituto: EDÍZIO MODESTO XAVIER**, matrícula 0872.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.647, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997,

R E S O L V E :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

SITRAN - EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA.
Contrato para prestação de serviços de limpeza e conservação, domésticos e de apoio administrativo, conforme Contrato nº 0094/97 - (Processo nº 0875/97-0) - **Titular: JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, matrícula **0953**; **Substituto: ANTONIO MESQUITA FERNANDES**, matrícula **1315**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 01 de julho de 1997.



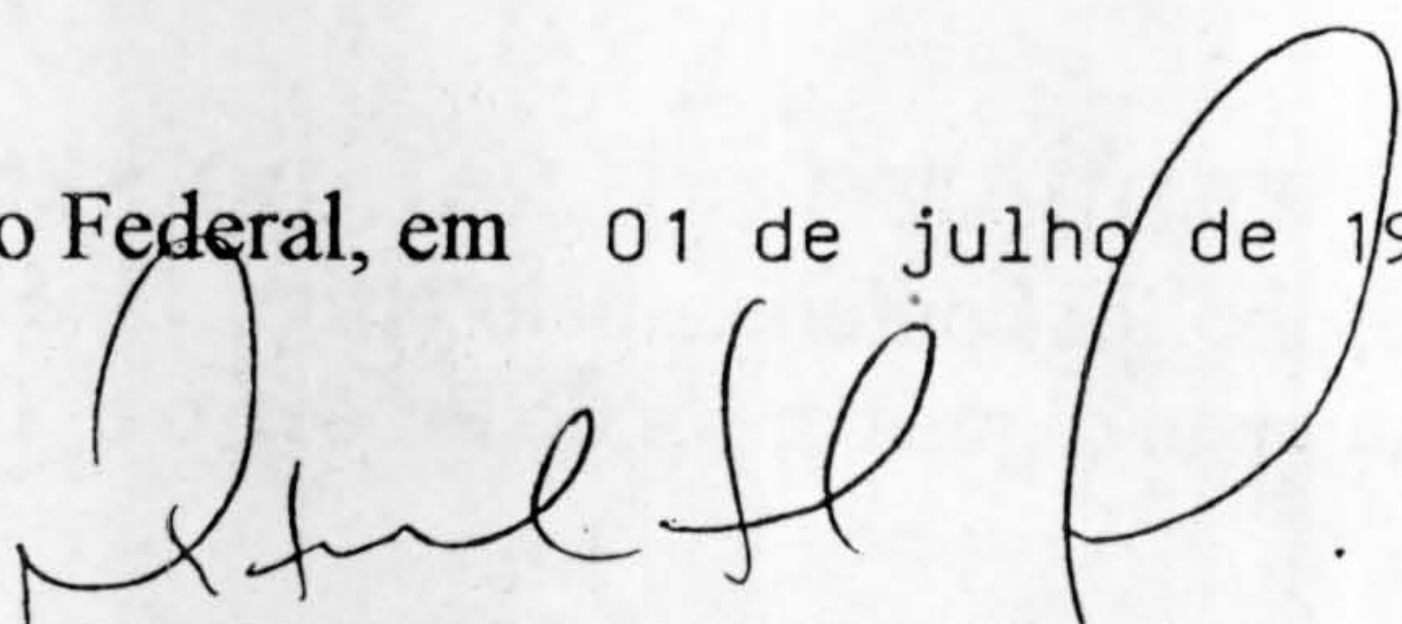
AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.648, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 009.554/97-1

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENATO PÓVOA DE SOUZA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda-Secretaria.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.649, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011116/97-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CHARLES CARVALHO CAMILLO DA SILVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do

Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lucídio Portella.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.650, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011117/97-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SÉRGIO PINHEIRO RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.651, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010055/97-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MOACIR BUHRER DE MELLO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.652, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 011.041/97-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÍCERO DE SOUZA ALMEIDA JÚNIOR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do

Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira-Secretaria.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.653, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 011.059/97-7,

R E S O L V E exonerar **CARLOS ROBERTO LUPI**, matrícula nº 5470, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



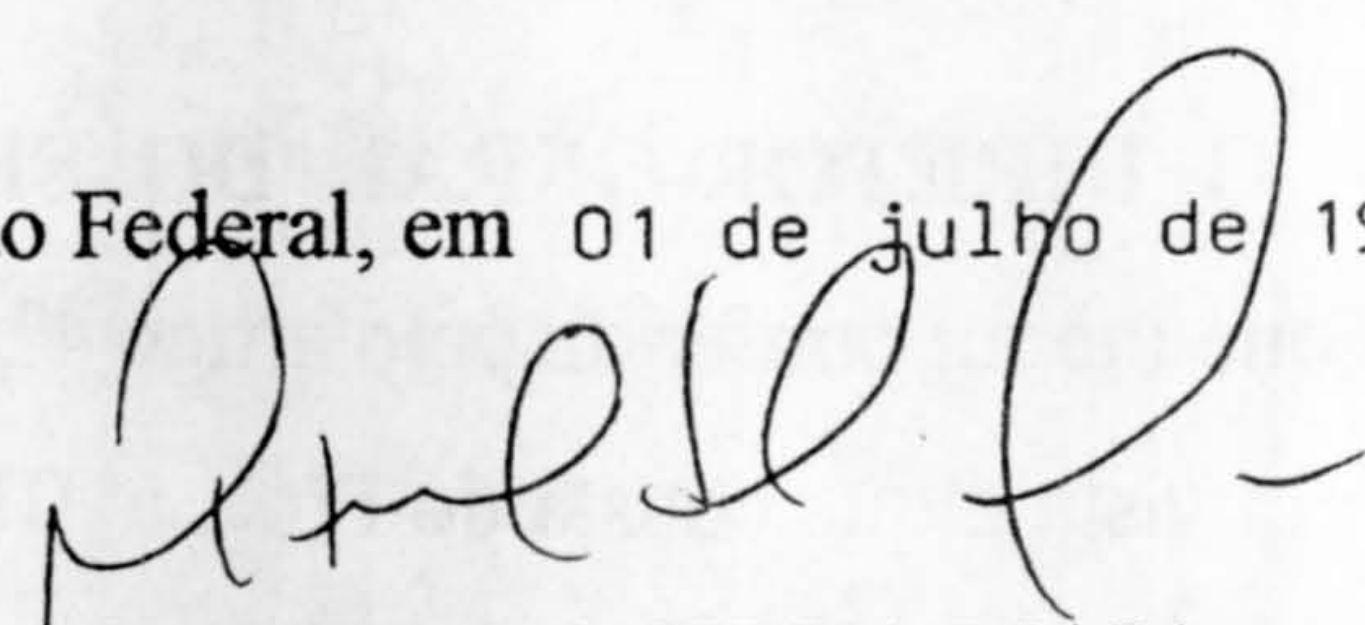
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.654, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 011.146/97-4

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE JUCÁ DE LOYOLA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.655, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 011.105/97-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSA ELIANE DIAS RODRIGUES SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro

de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.656, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 011.073/97-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ SIQUEIRA FILHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Otoniel Machado.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



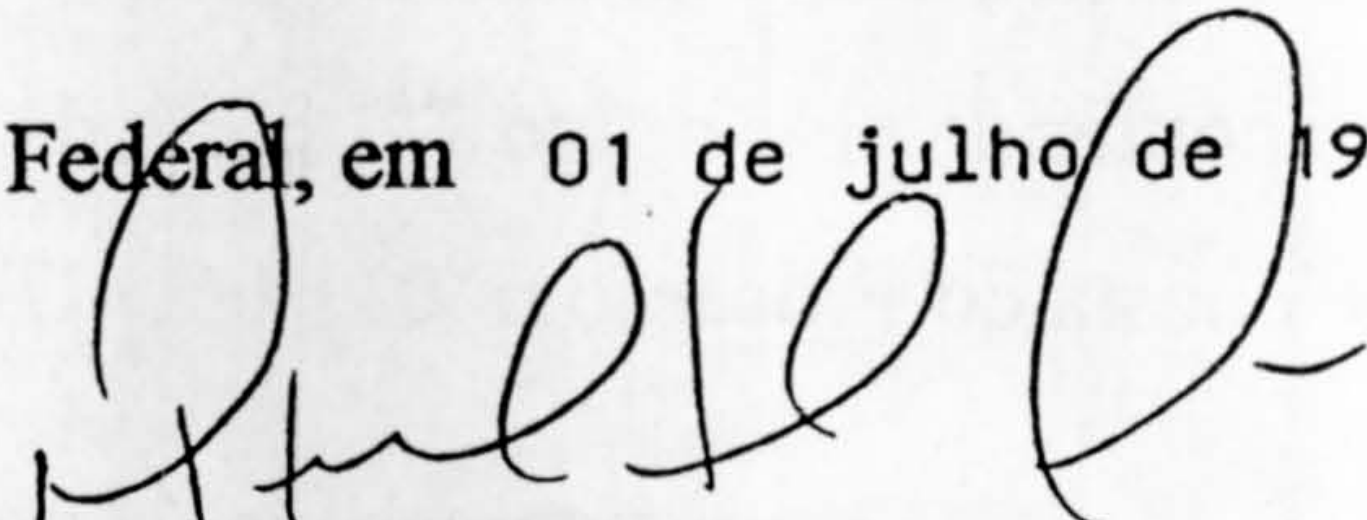
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.657, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 011.058/97-8,

R E S O L V E exonerar **JOSÉ LANDRI DE ALBUQUERQUE CAMBRAIA**, matrícula nº 5479, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.658, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 011.186/97-6,

R E S O L V E exonerar **MARIA MARLENE BARRIGA BORGES**, matrícula nº 6030, do cargo de Secretário Parlamentar,

e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.659, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7.º, § 2.º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 011.056/97-5,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **SÉRGIO LUIZ LEITE OLIVEIRA**, matrícula nº 5477, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor Técnico da Liderança do PDT, nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 1233, de 1997, passando a ter exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.660, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011118/97-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO CARLOS SALES MARTINS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lucídio Portella.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.661, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 011.147/97-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EXPEDITO QUINTAS**, para exercer o

cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 01 de julho de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSE FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LUCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSE ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTONIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSE EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2291/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/07

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIAO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 04/06/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSE IGNACIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 26/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)**

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGERIO SILVA**

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinubing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Juca		Júlio Campos		PMDB	
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Espendião Amin	PPB		Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Emília Fernandes	PTB			PSDB	
Osmar Dias(2)	PP		Franco Montoro		Yeda Crusius
	PT		Fetter Júnior(3,4)	PPB	João Pizzolatti
		Benedita da Silva	Diceu Sperafico	PP	Augustinho Freitas
		Eduardo Suplicy	Miguel Rossetto	PT	Luiz Mainardi
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS